

AGORA  
FENAE

# Até quando?

O Estado brasileiro mantém a histórica  
violência contra os trabalhadores e os pobres



# Querem acabar com os bancos públicos



Quem vai  
financiar a  
casa  
própria?



Quem  
vai  
financiar a  
plantação?

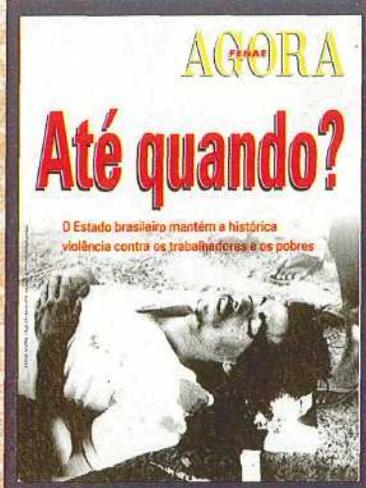


E aí,  
quem vai  
financiar a  
produção?

**Bancos Públicos**  
**PRIVATIZAÇÃO**

O Brasil só cresce com investimento

**CUT**  
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BANCÁRIOS



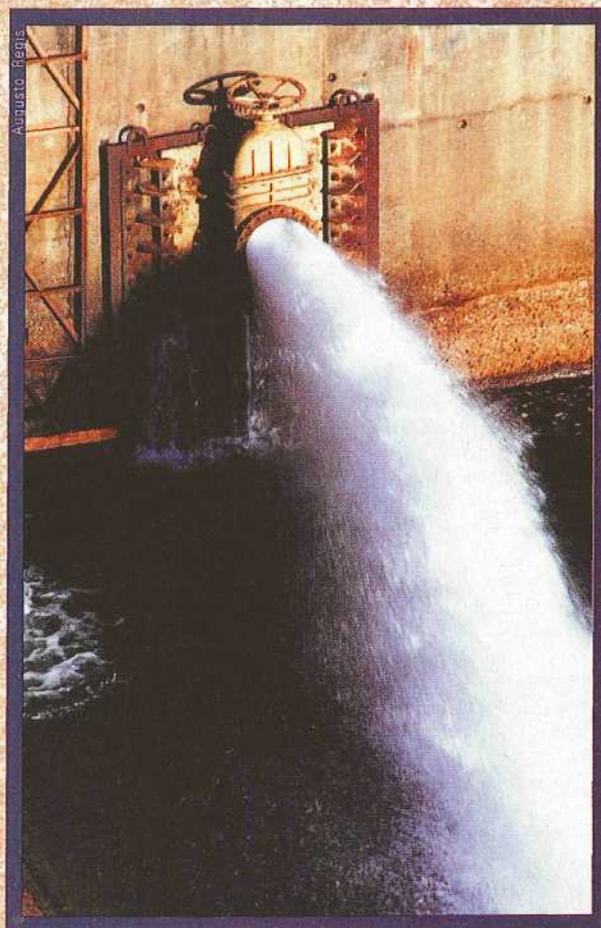
**Capa:** A violência do Estado contra os pobres assume ares de barbárie  
**Pág.12**



Governo federal enfrenta críticas mais contundentes à sua tentativa de vender os bancos públicos **Pág. 22**

# AGORA FENAE

- 5** Ache o caminho para saber sobre o racismo contra os ciganos na Europa
- 7** Jânio de Freitas fotografa a alma dos meios de comunicação no Brasil
- 8** Sociedade declara guerra contra a corrupção nas eleições municipais
- 11** José Genoíno analisa reflexos da atual eleição na corrida presidencial
- 21** Vladimir Herzog foi uma das grandes vítimas da violência estatal
- 25** Colaborador traça perfil da obra eterna do jornalista Aloysio Biondi
- 26** Tendência para o segundo semestre é de negociações mais favoráveis
- 28** Faltam mecanismos para solucionar déficit de moradias na baixa renda
- 32** A música de protesto contribuiu para a consolidação da MPB nos anos 60 e 70



Privatização da área de saneamento pode prejudicar população carente **Pág. 35**

#### Administração e redação:

Setor Comercial Sul, quadra 1, edifício União,  
6º andar, Brasília/DF, CEP: 70300-901  
Telefone: (061) 323-7516  
Fax: (061) 325-6057  
Homepage: www.fenae.org.br  
E-mail: fenae@fenae.org.br

#### Diretoria Executiva

Presidente:  
Carlos Borges  
Vice-Presidente:  
José Carlos Alonso  
Diretor Financeiro:  
Pedro Eugênio Leite  
Diretor de Relações no Trabalho:  
Antônio Bráulio de Carvalho  
Diretor Administrativo:  
Vaumik Ribeiro da Silva  
Diretor de Esportes:  
Jorge Peixoto de Mattos  
Diretora Cultural:  
Aparecida Diniz  
Diretor Emérito:  
Orlando César  
Diretora Primeira. Suplente:  
Erika Kokay

#### Conselho Fiscal

Ozair Cataldi  
Bernardete de Aquino  
Francisca de Assis Silva

#### Suplentes

Jorge Cruz Marçal  
Francisco Astrogildo Cruz  
José Marcos de Almeida Costa

#### Conselho Deliberativo Nacional

Presidente: Valmir Gongora  
Vice-Presidente: Fernando Souza de Mello  
Secretário: Marcos Aurélio Saraiva Holanda

**Edição e redação:** Antônio José Reis,  
Evandro Peixoto e Marcio Achilles Sardi

**Colaboradores:** Jânio de Freitas,  
Aloysio Biondi, Tárk de Souza e Adacir Reis

**Diagramação:** Hélder Narde

**Ilustração:** Lisarb

**Impressão:** Bangraf

Tiragem desta edição: 75 mil exemplares

Os artigos assinados são de responsabilidade  
dos seus autores. As matérias podem ser  
reproduzidas, desde que citada a fonte.

Distribuição gratuita

## As faces da violência

**A** barbárie social é a regra para quem está às margens do poder econômico e político. Um dos grandes responsáveis - pelos assassinatos, ameaças, agressões e abandono da população brasileira é justamente o Estado, que deveria cuidar da proteção das pessoas mais pobres.

Campo, cidades e comunidades indígenas contribuem para as estatísticas de 500 mil assassinatos nos últimos 20 anos. Boa parte dessas mortes resulta da omissão do Estado, mas há muitas que podem ser computadas a agentes que justamente deveriam zelar pela segurança da sociedade. Desta forma, a repressão começa no poder central e ganha força ao se espalhar, pela certeza da impunidade.

Um dos maiores exemplos históricos da agressão do Estado brasileiro a seus cidadãos foi a morte do jornalista e teatrólogo Vladimir Herzog, assassinado pelo aparato da repressão durante o regime militar, em 1975. Acusado de pertencer ao PCB, Herzog foi torturado até a morte.

Foi esse o mesmo tempo da grande efervescência musical no país. As músicas de protesto dos anos 60 e 70 tiveram papel de afinar a consolidação da MPB.

O mesmo Estado que mata tenta sufocar os trabalhadores deste país. No mês de setembro, no entanto, acontecem as datas-base de muitas categorias profissionais, como os bancários, petroleiros, metalúrgicos, telefônicos e trabalhadores dos Correios. A expectativa é de uma recuperação salarial, mesmo contra a política federal de arrocho. Entre os empregados da Caixa Econômica Federal, a campanha salarial deste ano é atrelada à defesa dos bancos públicos federais.

Para completar um semestre ativo, as eleições municipais podem dar nova feição ao cenário político nacional. Há grande expectativa e esperança com relação ao Brasil que sairá das urnas.

Nas mãos de muitos prefeitos ainda está o futuro do saneamento, indispensável para a melhoria do padrão de vida das populações carentes. Na mesma proporção em que a iniciativa privada avança sobre o setor, o governo corta seus investimentos. O resultado é a precarização da saúde para quem mais precisa.

O que fica dessas mazelas é que, se são muitas as formas de violência, do mesmo tamanho são as possibilidades de resistência.

A repressão se  
espalha pela  
certeza da  
impunidade

# Bolsa de craques

Para quem sempre quis mandar embora aquele cabeça-de-bagre que usa a camisa de seu time, o site [www.ole.com.br](http://www.ole.com.br) é a oportunidade. O Olé é um jogo que simula uma bolsa de valores de jogadores. O participante recebe 10 mil casquados (a moeda da página) e pode comprar e vender ações dos melhores jogadores e times do futebol brasileiro e mundial.



# Japonês em html

Para quem acha que a escrita japonesa é braile, com o perdão da falta de semântica, o site [www.geocities.com/Tokyo/Bridge/8780/escritajaponesa.htm](http://www.geocities.com/Tokyo/Bridge/8780/escritajaponesa.htm) traz detalhes sobre os quatro tipos de letras utilizadas do outro lado do mundo: o alfabeto romano, sem cedilha ou acentos; o hiragrama; o katakana; e o kanji.



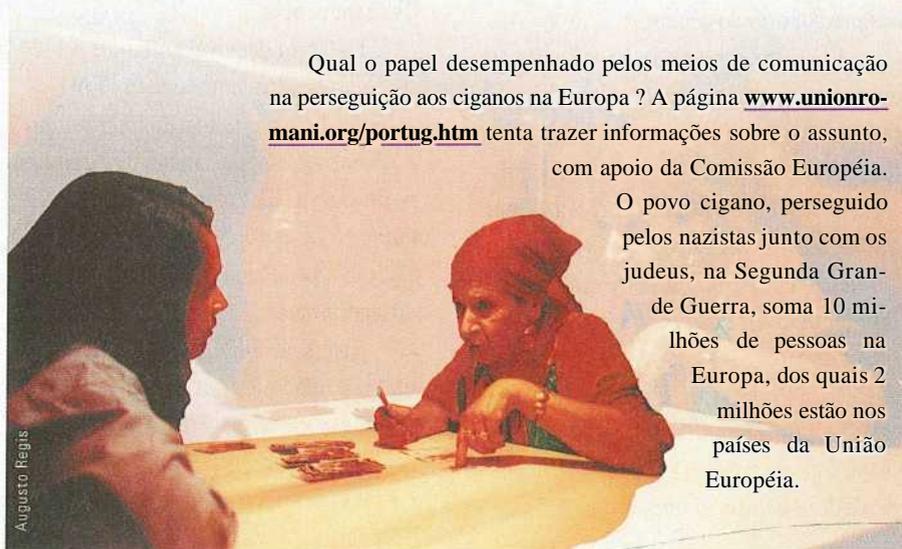
# Raio X da rede

Os homens são 56% dos usuários da Internet. As mulheres respondem por 44% do total. Essa é um dos resultados de pesquisa nacional sobre a rede, realizada pelo Grupo de Mídia. Outros índices estão na página da instituição ([www.gm.org.br](http://www.gm.org.br)). Entre eles, o alcance da Internet (8% da população brasileira em 1998 e 10% em 1999), a idade média (34% têm entre 20 e 29 anos), a classe social (41% na classe A e 42% na classe B) e a cidade (32% moram em São Paulo), entre outros.

# Perseguidos online

Qual o papel desempenhado pelos meios de comunicação na perseguição aos ciganos na Europa? A página [www.unionromani.org/portug.htm](http://www.unionromani.org/portug.htm) tenta trazer informações sobre o assunto, com apoio da Comissão Européia.

O povo cigano, perseguido pelos nazistas junto com os judeus, na Segunda Grande Guerra, soma 10 milhões de pessoas na Europa, dos quais 2 milhões estão nos países da União Européia.



## Dos LEITORES

### Peregrinação

Foi um trabalho espetacular a matéria sobre a Estrada Real. Esperamos que essa reportagem seja uma fonte de cultura para todos os que curtem a tradição de viajar a pé, como um peregrino moderno. Esperamos também que possam surgir oportunidades, afim de que todos conheçam mais sobre a nossa Estrada Real e o Guia Estrada Real para caminhantes.

Norma Martinuzzo e Raphael Olivé  
Belo Horizonte (MG)

### Chorinho

Venho parabenizá-los pelo espaço aberto a uma manifestação cultural tão importante como é o choro ("Mistura de ritmos, estilos e sotaques" - edição de junho/2000). No entanto, como apreciador do gênero, bandolinista, webmaster de um site dedicado ao bandolim ([wivw.bandolim.cjb.net](http://wivw.bandolim.cjb.net)) e pesquisador, sinto-me na obrigação de fazer algumas observações.

Na citação de Henrique Cazes a respeito da forma rondó, não foi explicado que esta forma (de três partes) já caiu por terra há muitas décadas e grandes clássicos do gênero não a seguem mais. Como exemplo podemos citar "Carinhoso", de Pixinguinha. A forma rondó era uma regra no começo do século apenas e pode ser notada na obra de Ernesto Nazareth, um dos precursores do gênero.

A lista de alguns dos "hinos mais regravados em todos os tempos" também traz algumas distorções. Citar "Ameno Resedá", de Ernesto Nazareth, parece não ser apropriado, quando o compositor tem tantas músicas mais populares como "Brejeiro" e "Odeon". Quanto a Jacob do Bandolim, mais adequado seria citar seus clássicos, frequentemente regravados, como "Noites Cariocas" ou "Doce de Côco" e não "Treme-Treme" (uma de suas primeiras gravações) e "Flamengo", que não é de sua autoria mas de Bonfiglio de

Oliveira.

Lembro também que o texto não faz nenhuma referência ao bandolim, apesar de ser o instrumento que ilustra a matéria. Só tenho a elogiar e agradecer pela revista. Não poderia deixar de citar a coluna de Tárík de Souza.

Fernando Novaes Duarte  
Vila Vellha (ES)

### Choro

Sou empregado da Caixa e sempre valorizei o trabalho realizado por toda equipe que faz FENAE AGORA. Aprecio a diversificação e qualidade das matérias, publicadas com muito profissionalismo. Lendo a edição de junho/2000, deparei-me com uma matéria que considero de alto nível: "Mistura de ritmos, estilos e sotaques". Ora, na condição de músico instrumentista e apaixonado pelo chorinho, pelo qual despertei o gosto pela arte desde a minha infância, não deu para segurar e decidi externar meus elogios, dizendo que para os brasileiros é uma pena não podermos contar no nosso meio musical com mestres como Jacob do Bandolim, Valdir Azevedo, Ernesto Nazareth, Pixinguinha, Chiquinha Gonzaga e muitos outros.

Celso do Nascimento Filho  
Mossoró (RN)

### Transparência

Gostaria de parabenizá-los pelo belo trabalho mostrado na revista FENAE AGORA. Leio a publicação toda vez que a ela tenho acesso, pois meu pai é aposentado da Caixa. Vocês mostram o Brasil da maneira como ele é, não ficam tapando o sol com a peneira, igual outros veículos de comunicação.

Todas as notícias me chamam a atenção, mas uma em especial me toma um pouco mais de tempo. São os artigos do jornalista Aloysio Biondi. Por isso gostaria de saber se ele escreve para mais

alguma revista, ou se existe publicação que posso receber em casa, ou mesmo um site que ele publique tais reportagens.

Waldir Carvalho  
São Lourenço (RS)

NR: Com pesar, informamos o falecimento do jornalista econômico Aloysio Biondi, ocorrido na madrugada de 21 de julho. Biondi era uma das poucas vozes lúcidas na imprensa brasileira. Como profissional, atuou em importantes veículos de comunicação como as revistas Veja, IstoÉ, Visão e jornais como Folha de S. Paulo, Gazeta Mercantil, Estado de S. Paulo, Jornal do Brasil e Correio Braziliense.

A obra e as posições políticas e econômicas de Biondi foram arrojadas. Um de seus últimos livros foi "O Brasil privatizado - um balanço do desmonte do Estado", que teve edição patrocinada pela FenaE, ao lado da editora Fundação Perseu Abramo. Ele também colaborou com FENAE AGORA desde sua primeira edição, em fevereiro de 1998.

### Elogio

... Tomei conhecimento da FENAE AGORA em uma biblioteca de uma cidade do interior paulista. Gostei muito das matérias publicadas pela revista. Não sou funcionário e muito menos filho de funcionário da Caixa, possuo apenas uma poupança na empresa.

... FENAE AGORA é essencial para quem deseja e quer se manter informado.

Marcio Mendes Pestana  
São Paulo (SP)

---

• A seção "Dos Leitores" é o espaço de opinião do leitor. FENAE AGORA se reserva o direito de resumir as cartas, sem prejuízo do conteúdo. As correspondências devem ser devidamente identificadas (assinatura e endereço). •

# A alma da mídia

■ Jânio de Freitas

**M**ídia, para designar imprensa, rádio e TV, é uma palavra abominável. Mas o uso, em seu lugar, de meios de comunicação, que tento em usos rápidos, é cansativo, é feio e não escapa da confusão com comunicações, telefones e que tais. Até a língua alemã, que para tudo procura criar uma palavra sua, tem sucumbido a uma ou outra presença insidiosa no seu vocabulário. Por aqui, nada se cria, nada se transforma: a preguiça mental, ou a ignorância mesmo, ingere tudo o que a mídia - olha ela aí - lhe impinge, de presidente da República a futebol às 20 para as 10 da noite, de privatizações fraudadas a ausência de inflação.

Se já é ruim na denominação, na alma nem se fala. O corpo é rico, apesar das administrações que, maior do que a incompetência, só têm a arrogância. O que acontece, para a riqueza do corpo, é que o esquema da publicidade tem uma espartezza diabólica: as agências não ganham pela qualidade e eficácia dos anúncios, mas pela quantidade e pelo gasto de suas inserções; logo, tome de anunciar e ganhar - e a mídia é o lugar onde são postos esses anúncios em quantidade avassaladora.

A alma da mídia brasileira está comprometida por dois fatores que se associam. Um deles é o vício tradicional da empresa de mídia de subjugar os seus objetivos específicos aos interesses de outros empreendimentos dos mesmos proprietários. Mesmo quando não são diretamente políticos, estes interesses acabam por sê-lo, dada a conveniência do grupo empresarial de permutar colaboração com o poder político. Esta é a regra geral e

exceção, no caso, é exceção mesmo. Como complemento, há o caso das empresas de mídia que se metem em aventuras, atolam-se em dívidas e passam a viver da complacência governamental, o que resulta, do mesmo modo, em comprometimento político.

O outro fator está no comportamento do jornalista brasileiro, tomado pela maioria absoluta dos repórteres que atuam em áreas de informação importante, dos seus chefes e editores, dos colunistas, articulistas e editorialistas. O compromisso dessa

maioria de profissionais do jornalismo não é com o jornalismo, que é um modo de dizer um conjunto de compromissos: com o leitor, com os cidadãos, com os fatos, com o país, com a justiça individual e social. O objetivo dessa maioria é agradar as duas instâncias de poder, a do seu meio e a do que tem influência sobre o seu meio. Se impossível ou difícil agradar, quando as circunstâncias não permitem ir tão longe, trata-se, então, de não desagradar. Menos do que isso, só se os interesses do grupo empresarial o requererem.

A submissão da mídia brasileira a interesses alheios à sua função jornalística só tem equivalente em países mais atrasados, sobretudo, do ponto de vista institucional. Mas, quando acontecem episódios como os da prefeitura paulistana ou quando o país vai para mais uma eleição, seja de que nível for, a qualificação do eleitorado é que é questionada pela mídia, responsabilizada pela precariedade moral e cultural dos candidatos e da representação política. As origens do despreparo da maioria eleitoral e da insuficiência de sua informação para o melhor exercício cidadania, sobre isso a mídia não interroga nem se interroga. Não pode fazê-lo.

Seja qual for o gênero de atraso ou problema brasileiro, quem procura os motivos de sua persistência vai encontrar entre eles, sempre, a contribuição da mídia, por omissão conveniente ou vantagem material.

Jânio de Freitas,  
jornalista»



# A cidade vai à

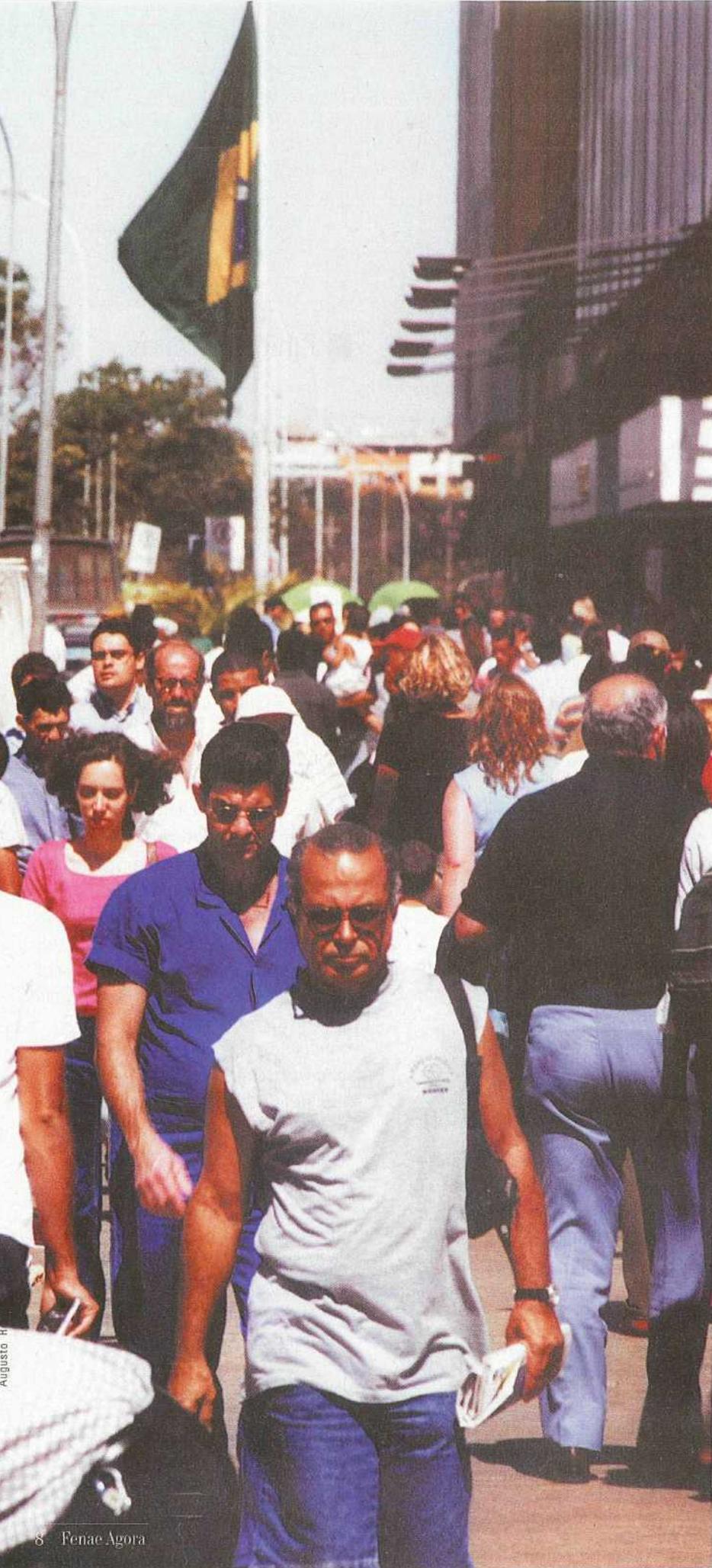
*Sociedade civil se organi*

**G**uerra à corrupção eleitoral. O escândalo do desvio de R\$ 169 milhões das obras do Fórum Trabalhista de São Paulo despertou

em alguns setores da sociedade o sentimento de revolta contra o clientelismo, a impunidade e contra a omissão de boa parte dos atuais governantes. O voto consciente, somado às ações de cidadania, é uma das ferramentas para a adoção de políticas públicas condizentes com as necessidades da população.

Em outubro deste ano, mais uma vez, 108,5 milhões de eleitores vão às urnas para eleger prefeitos e vereadores de 5.548 municípios, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Estão excluídos desse universo os eleitores cadastrados no Distrito Federal, que não elegem prefeitos e vereadores, e no exterior, que só participam da escolha do presidente da República.

Há quem alimente o desejo de que essa eleição municipal, a primeira com o sistema de reeleição, cumpra papel importante no



AUGUSTO H

# Madania s urnas

*za para fazer guerra à corrupção eleitoral no país*

processo da sucessão presidencial e dos governos estaduais. Joga neste time o deputado Wellington Dias (PT-PI), candidato a prefeito de Teresina pela coligação PT-PSTU. Dias, que é empregado da Caixa, acredita na possibilidade de construção em 2000 da vitória para o ano 2002, "quando a população vai poder eleger uma grande bancada de deputados federais e senadores comprometida com o rompimento de um modelo que despreza o povo, além de permitir um novo rumo para o Brasil". "Na hipótese de ganharmos o pleito em outubro próximo, temos condições de fazer de Teresina - onde os 100 mais ricos concentram mais de dois terços de toda a riqueza de um município com 750 mil habitantes - uma trincheira nacional para mudanças no novo jeito de fazer política, contribuindo também para conquistarmos em breve tempo o governo estadual piauiense e para derrotarmos Fernando Henrique Cardoso".

Estão previstas  
eleições em 5.548  
municípios,  
segundo o TSE

A eleição de candidatos que se identifiquem com as demandas populares é defendida por entidades como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Central de Movimentos Populares (CMP) e Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae). O movimento encabeçado por essas entidades recomenda "olho vivo nestas eleições municipais", tendo como referência a necessidade da construção de modelos alternativos de administração pública nas cidades e municípios.

Para o ex-deputado federal Nedson Micheleti, empregado da Caixa e candidato a prefeito de Londrina (PR) pela coligação "Compromisso com Londrina" (PT-PPS-Pcdob), a candidatura de trabalhadores nestas eleições serve para alicerçar as bases políticas nos municípios, visando com isso a transformação do país. Segundo Nedson,

## Ato de votar e ser votado sempre coube às elites

Grande parte do povo brasileiro sempre esteve excluída do direito de votar e ser votada, um privilégio reservado apenas a um grupo minoritário. A verdade disto está no fato de que o crescimento relativo do eleitorado, condição indispensável para a democracia, só tomou impulso a partir de 1930.

A eleição direta e a criação do título eleitoral datam de 1881, ano da aprovação da lei Saraiva. De acordo com essa legislação, para ser eleitor, o cidadão deveria ser do sexo masculino, ter mais de 21 anos, ser alfabetizado e ter uma renda anual de 200 mil réis. A abolição do voto censitário, aquele que tinha como pré-requisito uma renda anual mínima, ocorreu apenas com a proclamação da República.

Mudanças foram introduzidas a partir do ano de 1930. Coube ao código eleitoral de 1932 a extensão do direito de voto às mulheres, a diminuição do limite de idade dos eleitores para 18 anos, a criação da Justiça Eleitoral e a instituição do voto secreto e obrigatório. Na década de 70 acentuou-se o crescimento do eleitorado.

As eleições diretas para prefeitos das cidades são uma novidade relativamente recente na história brasileira. Foram introduzidas pela Constituição de 1934, suprimidas pela de 1937 e reimplantadas pela de 1946. Em 1965 a ditadura militar também a suprimiu, sendo reimplantada a partir de 1985.

Atualmente, segundo o TSE, o eleitorado já representa 67,5% da população brasileira: em 160 milhões de habitantes, 108,5 milhões já usam o direito de voto.



um dos principais desafios é adotar em municípios com situação financeira difícil, como ocorre com a quase totalidade deles país afora, políticas sociais comprometidas com a ética, com a transparência e, principalmente, com a participação popular. "Fazer uma gestão que seja democrática e que tenha resultados visíveis no campo social é a alternativa para a população optar por um projeto maior de transformação profunda do país".

**Menor/maior** O TSE anunciou recentemente que estão previstas eleições em 5.548 municípios. O menor colégio eleitoral é Serra Nova Dourada, no Mato Grosso, com 741 eleitores e três urnas de votações. O maior possui 7.134.835 eleitores e 13.968 seções, cabendo essa liderança para São Paulo. Boletim do TSE esclarece ainda que o eleitorado só diminuiu em quatro estados: Rio de Janeiro, Roraima, Piauí e Paraíba. Este ano a Justiça Eleitoral vai dispor de 354 mil urnas eletrônicas, usadas pela primeira vez durante as eleições municipais do ano de 1996. Ficam de fora do processo eleitoral apenas os moradores dos 12 municípios criados neste ano. Motivo: a legislação restringe a realização de eleições aos municípios existentes até 31 de dezembro do ano anterior.

É certo que os problemas que afetam a maioria do povo brasileiro são estruturais e

têm raízes históricas profundas. É igualmente certo que a alteração desse modelo passa por política local ou municipal, pois o que acontece em cada cidade reflete os rumos impostos pelos governantes na esfera

nacional: corte de verbas para educação e saúde, centralização de recursos tributários nos cofres da União etc.

O movimento dos empregados da Caixa e dos demais bancos públicos federais encara as eleições municipais como espaço privilegiado do processo de resistência ao desmonte e à privatização dessas empresas. A tese sobre o papel dos bancos oficiais para o desenvolvimento econômico e social do país conta com o apoio do deputado Wellington Dias. Ele diz que a defesa de um modelo do Brasil para os brasileiros, em que a Caixa seja um instrumento de maior importância, exige uma inversão de prioridades. "O emprego, os melhores salários, a seguridade social, a educação, a saúde, a habitação, o transporte, a cultura e o lazer fazem parte de um novo ciclo de desenvolvimento sustentado. Daí ser imprescindível a participação efetiva da Caixa e dos demais bancos públicos em todo esse processo".

## Legislação ajuda combate ao crime de compra de votos

Cresce em todo o país o número de cassação de prefeitos. O jornal Folha de S. Paulo divulgou, em sua edição de 9/7/00, que só em São Paulo o número de prefeitos cassados pulou de sete no mandato anterior para pelo menos 41 nos últimos quatro anos. No Paraná, dos 399 municípios existentes no estado, 141 prefeitos estão sendo processados civil e criminalmente. Das 221 prefeituras do Piauí, 186 têm sido alvos de denúncias de fraudes.

Casos de prefeituras envolvidas em desvios de recursos públicos são cada vez mais comuns. No Brasil, a corrupção não decorre apenas de defeitos individuais, mas tem causas políticas, econômicas e ideológicas típicas da cada regime social. Se é verdade que a cor-

rupção sempre esteve presente na cena política brasileira, ultimamente - sob a batuta da ditadura constitucional exercida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso - as situações de má-fé dos governantes têm atingido dimensões gigantescas.

Para evitar que isto ocorra, espalham-se pelo país comitês de fiscalizações eleitorais. A iniciativa é de entidades da sociedade civil e visa proporcionar mais transparência para as eleições municipais de outubro deste ano. Outro instrumento de combate ao crime de compra de votos de que dispõe o eleitor é a lei nº 9840, de 1999, de iniciativa popular e já aprovada pelo Congresso Nacional. Por essa lei, o candidato pode ter seu registro cassado caso seja caracterizada a corrupção eleitoral.

# Eleições municipais: entre o local e o nacional

■ José Genoíno

A disputa das eleições municipais deste ano tende a articular-se em torno de dois eixos: um local (municipal) e outro nacional. O eixo local se define pela necessidade dos candidatos apresentarem respostas aos problemas dos municípios e de formularem projetos de desenvolvimento para os mesmos. Assim, os programas devem indicar respostas aos problemas existentes, às necessidades, aos carecimentos e às dificuldades da população e devem propor um núcleo de pro-

postas e projetos relacionados à vocação econômica do município. Este último aspecto adquire especial relevância em cidades médias e grandes, que alocam expressiva atividade econômica. O poder municipal pode e deve tornar-se um pólo irradiador e articulador do sentido econômico do município ou de uma região.

O eixo nacional se define pelo fato de que está em curso uma disputa de alternativa global para o país. Os partidos de esquerda, por exemplo, estão disputando o sentido do que significa ser governo, o sentido das prioridades de governo, o papel das políticas públicas e o sentido do projeto de desenvolvimento econômico do país. Há um confronto geral entre o que a esquerda pensa a respeito desses pontos e o que os partidos de centro-direita pensam. As eleições municipais ocorrem num momento de crise política, econômica e social. Muitos dos problemas e soluções locais têm uma interface nacional. O desemprego, a violência, a corrupção, a degradação dos serviços, a falência das instituições etc. são todos problemas de dupla face, local e nacional. A sensibili-

dade, o discurso político dos candidatos e a articulação dos programas devem dimensionar o grau de combinação e variação desses dois aspectos da tática, levando sempre em conta as circunstâncias locais e de públicos específicos.

Certamente, o tema da corrupção terá um destaque especial. Ocorre que o Brasil enfrenta uma onda de corrupção generalizada em quase todos os órgãos públicos e uma igual impunidade. Esses dois fatores deslegitimam os políticos, as instituições e até mesmo a democracia. É o próprio descrédito da opinião pública para com os políticos que exige que a corrupção se torne tema obrigatório da campanha. Acreditamos que os candidatos de esquerda, além de fazerem uma crítica moral à corrupção, devem apresentar propostas no sentido de inibi-la e de tornar a administração pública mais transparente.

José Genoíno é  
deputado federal (PT-SP) ●



# Violência sem Estado ganha



Montagem com fotos de Agnaldo Azevedo, Robson Martins e Arquivo Fênix

# meada pelo as ruas

■ Evandro Peixoto

O Estado brasileiro mata. E suas vítimas são, invariavelmente, gente pobre, desprovida das condições mais elementares para a cidadania. São trabalhadores submetidos a condições de trabalho indignas e a salários aviltantes; desempregados; famílias expulsas da terra para a periferia das cidades ou para a beira de estradas. São os sem-terra, os sem-teto, os sem-saúde nem educação, os sem-nada... Milhares já famintos e miseráveis.

Ninguém que esteja no andar de baixo, fora das asas e da proteção do poder econômico e político, está imune à barbárie. As comunidades indígenas continuam sendo dizimadas, vítimas de assassinatos, ameaças, agressões e abandono. Só entre os anos de 1995 e 1998, primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, foram assassinados 105 indígenas, a maioria por autores não-índios ou desconhecidos. Segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), as mortes envolvem com frequência figuras públi-

As comunidades indígenas continuam sendo dizimadas

cas, empresários da área de mineração e extração de madeira ou grandes latifundiários.

Houve nesta década um aumento considerável do número de índios assassinados no país. De 1980 a 1989 foram registrados pelo Cimi 126 casos, enquanto que de 1990 a 1998, foram 256. Na opinião do vice-presidente do Cimi, Saulo Feitosa, "ao descumprir sua obrigação constitucional de demarcar as terras e proteger os povos indígenas, o governo brasileiro favorece as violações dos

direitos indígenas, comprometendo a sobrevivência física e cultural destes povos".

No campo, foram registrados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre 1995 e 1998, 172 assassinatos de trabalhadores rurais em todo o país, média de 43,5 por ano. São mortes ocorridas em

conflitos de terra, trabalhistas, sindicais, de seca, de garimpo e de política agrícola.

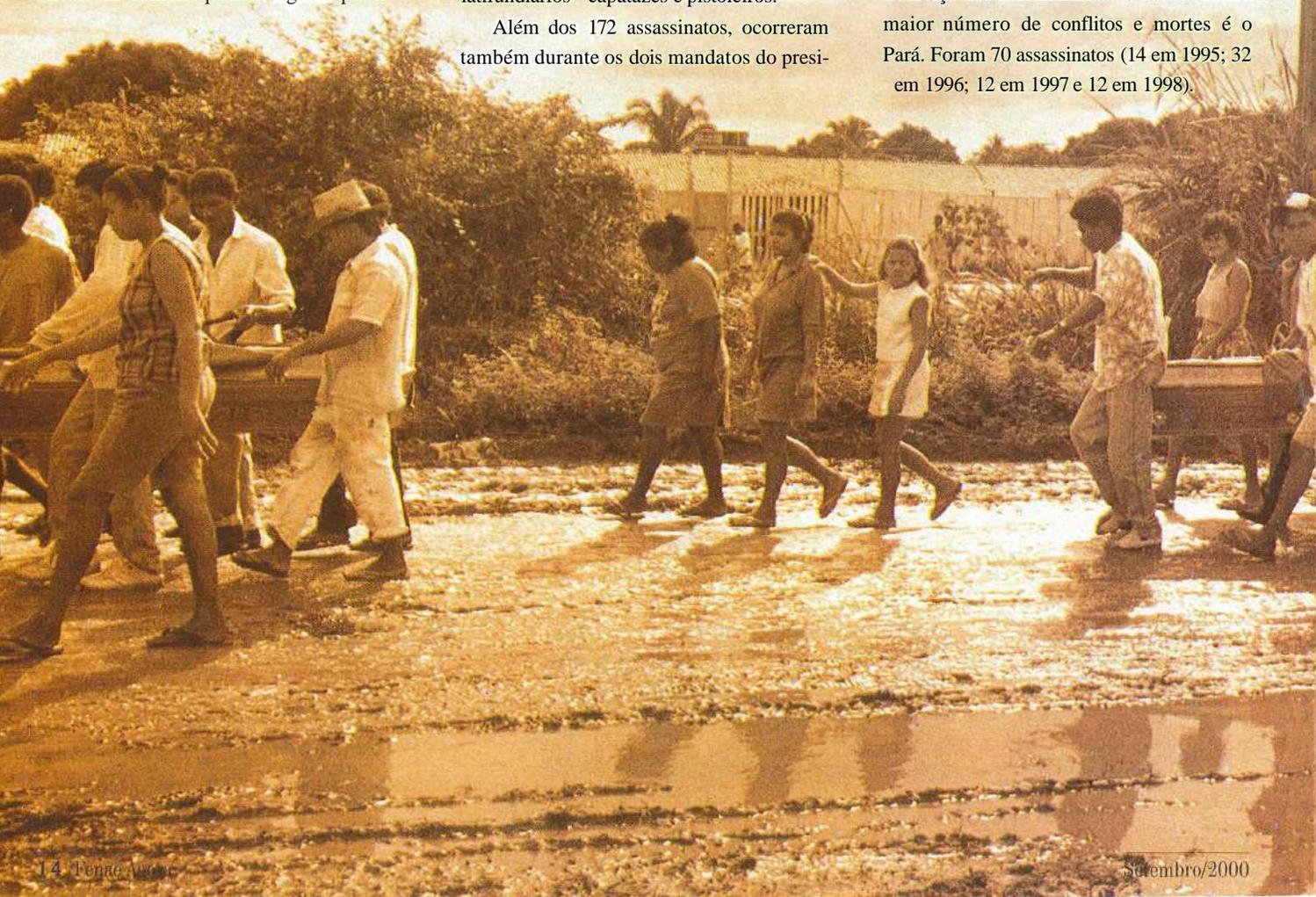
Os assassinos, quase sempre, são agentes do próprio Estado - policiais militares, policiais civis, delegados de polícia e agentes da Polícia Federal - e agentes dos latifundiários - capatazes e pistoleiros.

Além dos 172 assassinatos, ocorreram também durante os dois mandatos do presi-

	1977	19
<b>Indigência</b>		
em milhões	16,8	3
em%	16,3	2
<b>Pobreza</b>		
em milhões	40,7	6
em%	39,6	4

Fonte: R. Barros, R. Mendonça, *Desigualdade e pobreza no Brasil: a estabilidade inaceitável*, Ipea, março de 2000.

dente Fernando Henrique Cardoso (até 98) 334 ameaças de morte, 192 ferimentos, 56 casos de tortura, 211 agressões e 31 sequestros. Ao todo, foram 996 vítimas da violência do aparato do Estado e dos agentes armados a serviço dos latifundiários. O estado com o maior número de conflitos e mortes é o Pará. Foram 70 assassinatos (14 em 1995; 32 em 1996; 12 em 1997 e 12 em 1998).



88	1995	1998
0,5	21,6	21,4
2,1	14,6	13,9
2,5	50,2	50,1
5,3	33,9	32,7



"O Estado pode ser violento naquilo que faz e no que deixa de fazer. E a situação atual é marcada pelo fato de que tanto o que o Estado faz quanto o que deixa de fazer produz um terrível abandono da maioria das pessoas, agravando a violência em todos os âmbitos da vida social", diz o sociólogo Ivo Poletto, assessor da

Cáritas Brasileira e de movimentos pastorais sociais. Os números computados pelos Ministério da Saúde e da Justiça reforçam a afirmação do sociólogo: o Brasil ultrapassou a marca de meio milhão de assassinatos nos últimos 20 anos. Apenas em 1999 foram mais de 42 mil. Para o primeiro semestre deste ano estima-se outros 20 mil.

De acordo com levantamento feito em apenas 14 unidades da Federação pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos (organização não-governamental), o número de homicídios entre os anos de 1996 a 1998 chegou a 38.015. Cerca de 80% dos assassinatos foram com arma de fogo. Foram registrados 46 casos envolvendo líderes comunitários, 21 líderes sindicais e 17 detentores de cargos políticos.

'A polícia e os 'esquadrões da morte' associados às forças de segurança, continuam a matar civis, incluindo crianças, em circunstâncias que sugerem execuções extrajudiciais", diz o informe anual - 2000 da Anistia Internacional, na parte referente ao Brasil. A organização afirma ainda que "a

maior parte dos responsáveis pelas violações dos direitos humanos continuam a gozar de impunidade".

Também o informe anual da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), referente a 1999, cuja divulgação se deu em maio deste ano, diz que "as violações continuam a ser graves e a impunidade continua a ser a regra no Brasil". A CIDH chama atenção ainda para violações dos direitos econômicos, sociais e culturais, "afetados pela desigual distribuição de renda".

Já o relatório do Instituto Brasileiro de Análise Sócio-Econômica (Ibase), intitulado Observatório da Cidadania 2000, afirma que "as desigualdades estão praticamente estáveis há 20 anos" e que há hoje no Brasil cerca de 21 milhões de brasileiros

indigentes (14% da população), vivendo abaixo do nível de segurança humana. Outros 50 milhões (32,7% da população) são considerados pobres. Os 20% mais ricos se apropriam de uma renda média 28 vezes superior à dos mais pobres.

'A polícia e os esquadrões da morte continuam a matar civis'



**Movimentos** Mata-se nas ruas, nos bares, no trânsito, no hospital, na escola e também em manifestações e movimentos grevistas, como foi o caso do jardineiro da Novacap (empresa pública de urbanização de Brasília) José Ferreira da Silva, assassinado pela Polícia Militar no dia dois de dezembro de 99, durante uma assembleia em frente à empresa. A polícia que matou José Ferreira feriu gravemente outros dois trabalhadores com balas de borracha. Cada um perdeu um olho, em virtude da explosão do globo ocular. Nesse, como em tantos outros casos, a impunidade foi confirmada como regra.

A repressão policial ganhou também as manchetes de jornais durante a greve dos professores da rede pública de São Paulo, em maio e junho deste ano. O governo do PSDB, partido do presidente da República, manteve-se alheio às reivindicações da categoria e partiu para o confronto físico com os grevistas. No dia 18 de maio, a tropa da PM deixou um saldo de 38 feridos na avenida Paulista. No dia primeiro de junho, o próprio governador Mário Covas dirigiu-se à praça da República, onde os grevistas estavam acampados, e provocou ele mesmo um conflito mandando seus seguranças destruir barracas e objetos dos professores, uma atitude de alto risco, que por pouco não teve um desfecho mais grave.

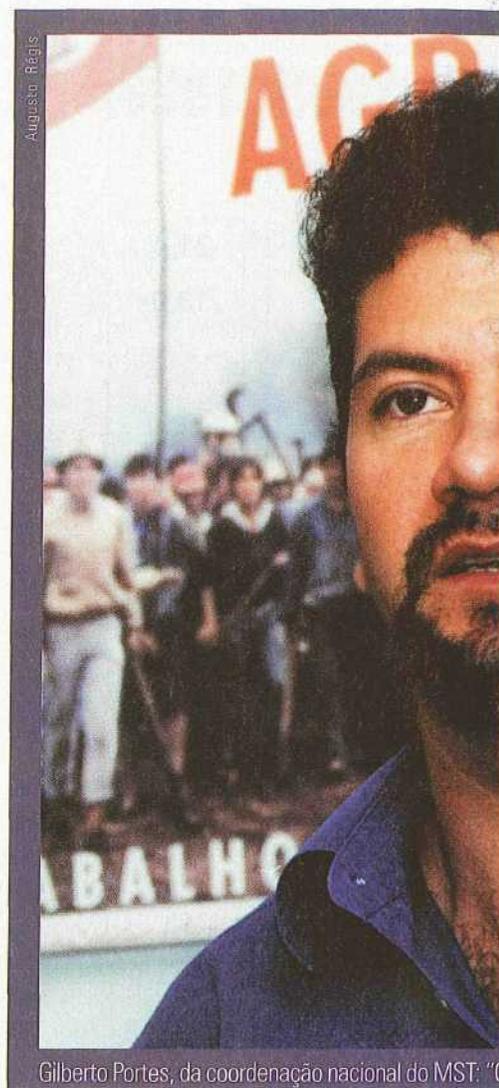
O uso da força policial contra os trabalhadores no exercício do direito de greve foi uma medida adotada pelo próprio presidente da República já no início de seu primeiro mandato. Em maio de 1995, no 20º dia da greve dos petroleiros, Fernando Henrique enviou tropas militares e tanques de guerra às refinarias, pondo em risco a in-

tegridade física e a vida de inúmeras pessoas com a possibilidade de uma reação dos grevistas ao cerco do Exército. Além de recusar-se a negociar, o governo mandou demitir 74 petroleiros, todos sindicalistas ou líderes de base, e utilizou a Justiça do Trabalho para penhorar bens, bloquear contas bancárias e aplicar multas aos sindicatos e à Federação Única dos Petroleiros (FUP).

**Impunidade** A repressão se palha a partir do poder central e ganha força pela certeza da impunidade. Em junho deste ano, após liderar um protesto contra o atraso no pagamento dos salários aos professores de Sergipe, a delegada sindical Maria Euvira Leite foi abordada na rua por um desconhecido, que lhe dirigiu a seguinte frase de dentro de um carro: "Olhe, até presidente morre e fica por isso mesmo, quanto mais líder sindical". A professora já vinha sofrendo constantes agressões morais por parte de políticos de Aracaju.

Políticos cuja atuação destoa da omissão que impera entre a maioria, chocando-se com o crime organizado, entram para o rol de pessoas perseguidas e ameaçadas de morte. É o caso da deputada estadual Moema Gramacho (PT-BA), que vem sofrendo ameaças desde outubro do ano passado, quando encaminhou à CPI do Narcotráfico denúncias de envolvimento de diversas pessoas, inclusive autoridades, com o narcotráfico, roubo de cargas e formação de grupos de extermínio nos municípios baianos de Camaçari e Juazeiro.

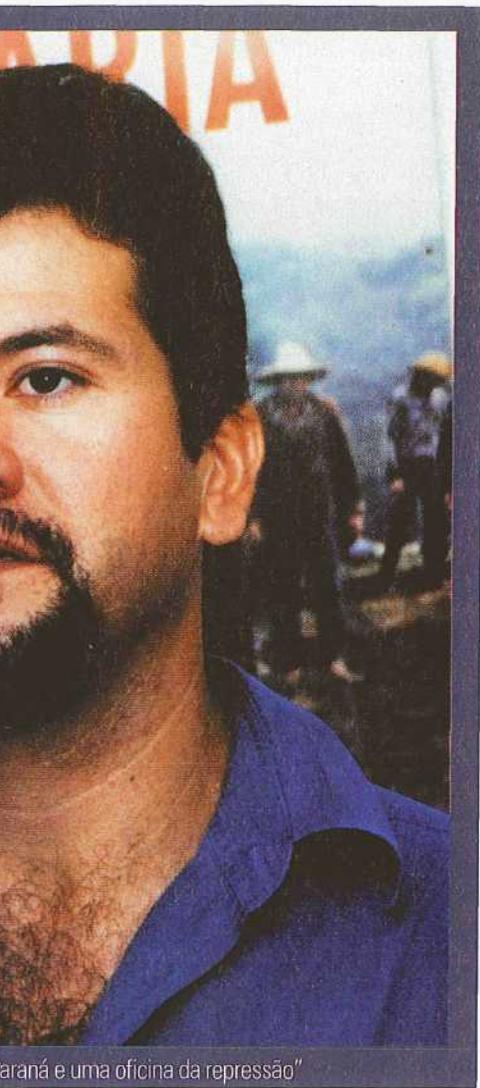
O mesmo acontece com o deputado federal Wellington Dias (PT-PI), empregado



Gilberto Portes, da coordenação nacional do MST: "C

da Caixa. Quando ainda estava no exercício de seu mandato de deputado estadual, ele encaminhou ao Ministério Público e ao Ministério da Justiça um levantamento sobre o crime de pistolagem no Piauí, na condição





araná e uma oficina da repressão"

# Índios morrem por falta de demarcação de suas terras

Desde 1973, com a Lei 6.001, o governo brasileiro está obrigado a demarcar todas as terras indígenas. Na Constituição Federal de 1998, ficou estabelecido um prazo de cinco anos para a conclusão das demarcações, mas já se passaram mais de 10 anos e a grande maioria das terras indígenas ainda enfrenta pendências administrativas e judiciais. Das 559 áreas indígenas existentes no país, apenas 187 estão registradas no Departamento de Patrimônio da União (DPU), as demais 372 ainda não foram demarcadas em definitivo.

O procedimento de demarcação de terras indígenas compreende cinco fases: identificação, delimitação, demarcação física (com portaria do Ministério da Justiça), homologação (com decreto do presidente da República) e registro.

Na avaliação do Cimi, houve um retrocesso nas demarcações de terras indígenas no governo de Fernando Henrique, por conta de edição do decreto 1.775, de janeiro de 1996. As situações criadas nas áreas Xukuru, em Pernambuco, e Raposa/Serra do Sol, em Roraima, são exemplos do acirramento dos conflitos e da perseguição ao índios e suas lideranças.

Em 27 de novembro de 96 foi deferida a liminar requerida pelos invasores contra a demarcação das terras Xukuru, dando novo fôlego aos fazendeiros em suas investidas contra a comunidade. Foram intensificadas as ameaças aos índios, sobretudo ao cacique Chicão Xukuru, liderança de grande referência para o movimento indígena regional e nacional. Chicão e o advogado Geraldo Rolim, que representava a Funai no acompanhamento aos trabalhos de demarcação da área, já vinham recebendo ameaças de morte há vários anos. Rolim foi assassinado no dia 14 de maio de 1995 e Chicão no dia 20 de maio de 1998. O assassinato do cacique aconteceu em Pesqueira (PE), a 212 km de Recife.

Na área Raposa/Serra do Sol, identificada em 1993 pela Funai como área dos povos Makuxi, Wapixana, Ingarikó e Taurepang, há uma aliança dos políticos locais com os fazendeiros e garimpeiros para que ocorra a demarcação em "ilhas" e não de forma contínua. São 1,6 milhão de hectares de savanas e montanhas, com demarcação já definida em área contínua pelo Ministério da Justiça, em 11 dezembro de 1998. Para a sua completa legalização, faltam apenas os atos burocráticos normais da homologação e do registro.

Ao protelar a homologação e o registro dessas terras indígenas, o governo abre espaço para o fortalecimento do lobby das mineradoras e dos políticos liderados pelo governador de Roraima, Neudo Campos. Os meios de comunicação estão sendo utilizados para uma forte campanha pela demarcação em "ilhas", outdoors foram espalhados por Boa Vista e os muros e praças da cidade foram pichados com frase ameaçadoras e chulas, contra religiosos e a própria Funai. A revista Isto É publicou em maio deste ano a reportagem "Roraima em pé de guerra", na qual o padre italiano Giorgio Dall Bem é acusado de comandar os índios na invasão de propriedades rurais. Padre Giorgio, segundo o Cimi, é hoje uma pessoa marcada para morrer.

"Há no momento uma luta encarniçada em torno da demarcação da Raposa/Serra do Sol, com episódios de violência, ameaças de morte e perseguições", diz o padre Silvano Sabittine, que está na área há 40 anos. Em fevereiro de 99, o secretário do Cimi, Egon Heck, foi ferido por um policial a paisana com uma facada. O soldado interceptou o carro em que Heck estava e partiu logo pra agressão. Em fevereiro deste ano, houve um atentado a duas missionárias da Diocese. O carro que as transportava foi interceptado em uma ponte, levado pelos agressores e depois jogado em um rio.

de presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa. Ficou constatado o envolvimento de juizes, promotores e várias outras autoridades com o crime organizado sob o comando do coronel da PM Viriato Correia Lima. Foram abertos 35 processos e realizadas várias prisões, mas oito dos pistoleiros ainda se encontram foragidos. Em gravações telefônicas feitas pela Polícia Federal constatou-se que Wellington Dias integra uma lista de pessoas marcadas para morrer. O deputado está sob proteção de agentes da PF desde outubro do ano passado.

Na imprensa, há pelo menos sete casos de vozes que foram silenciadas entre 1995 e 1998. De acordo com registro da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), "os crimes têm o envolvimento - direto ou indireto - de lideranças políticas com influências em todo o sistema de poder do Estado". As execuções e atentados geralmente se devem a

denúncias sobre o crime organizado e os autores quase sempre são policiais militares. Em documento apresentado à Comissão de Direitos Humanos da Câmara em março deste ano, a Fenaj informa que "a quase totalidade das mortes continuam sem a identificação e punição dos responsáveis, fato motivado na maioria das vezes pelo desinteresse das autoridades em investigar os casos". A federação denuncia também a ocorrência de "pelo menos onze casos" de agressão a jornalistas e radialistas em 1999.

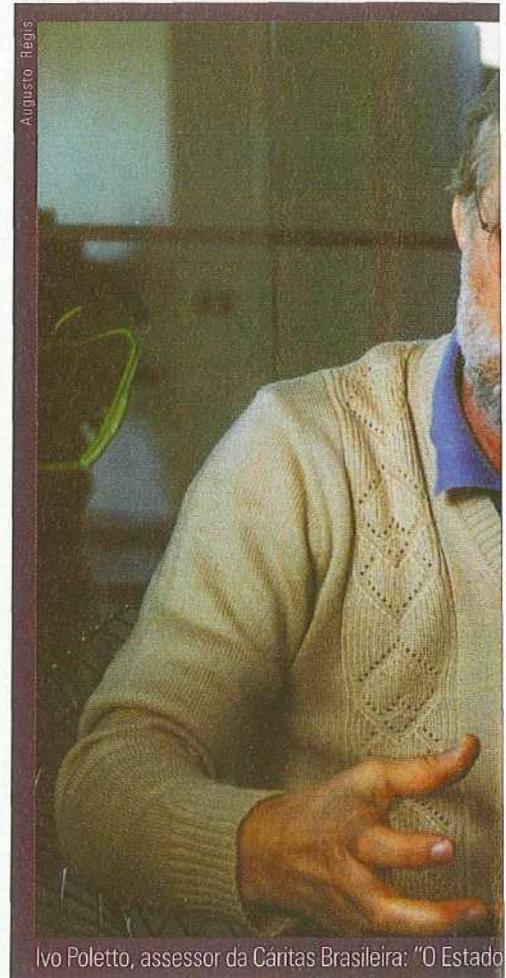
As mortes de  
jornalistas, em  
geral, não têm  
autor identificado

Se a violência corre solta entre os que se limitam a informar o que vem ocorrendo, para os que se colocam a serviço da causa dos trabalhadores a perseguição não tem limites. É o caso, por exemplo, do frei francês Henri Burin des Rosiers, de 70 anos, advogado da CPT na região de Xinguara, Rio Maria e Redenção, no Pará. Trata-se de um antigo defensor de posseiros e de trabalhadores rurais, que se tornou desafeto do chefe da Polícia Civil do Pará, delegado João Morais, por ter recentemente denunciado na imprensa a tortura a adolescentes presos em várias delegacias do sul do estado. "Pelo trabalho que realizo no sul do Pará sei que estou incomodando e posso ser assassinado", disse ele ao jornal "O Liberal". Outros dois ativistas da CPT que atuam no Paraná também estão jurados de morte: Darci Frigo, membro da Rede Autônoma de Advogados Populares, recebeu em janeiro deste ano três ligações em sua casa, nas quais uma voz masculina ameaçava quebrar-lhe as pernas e "completar o serviço" caso

continuasse com o seu trabalho. Já Dionísio Vandresen, coordenador regional da CPT, vem sofrendo seguidas ameaças desde abril. Numa delas, ocorrida em 28 de junho, recebeu a seguinte mensagem: "Desta vez te pegamos! Você é um filho da puta".

**Raízes** 'As raízes da violência no Brasil são raízes estruturais, desde a colonização', afirma o escritor Frei Betto. Ele destaca o genocídio indígena e a escravidão mantida no Brasil por 350 anos - "a mais longa escravatura de todas as três Américas" - como fatos que compõem a base da "estrutura de exclusão" e de "não-cidadania" do país. "Quando houve a abolição' oficial da escravatura, não se concedeu ao negro a terra, condenando-o a uma dupla marginalidade, por ser negro e por ser pobre - inclusive, numa atitude acintosa, foram concedidas ao desempregado europeu (italiano, polonês, alemão...), ao sem-terra europeu, as melhores terras do país".

Além dessa violência estrutural perpetuada pelo Estado brasileiro, Frei Betto aponta também a repressão às camadas populares como componente da história do país. "Sempre houve uma atitude assim, dupla - a violência do braço armado do Estado e a violência que preserva a desigualdade estrutural. Desde a República que os ciclos brasileiros se alternam entre democracia formal e ditadura declarada. E toda vez que o povo tentou exercer sua influência, foi reprimido, foi excluído - o golpe de 64 é isso, no momento em que setores po-

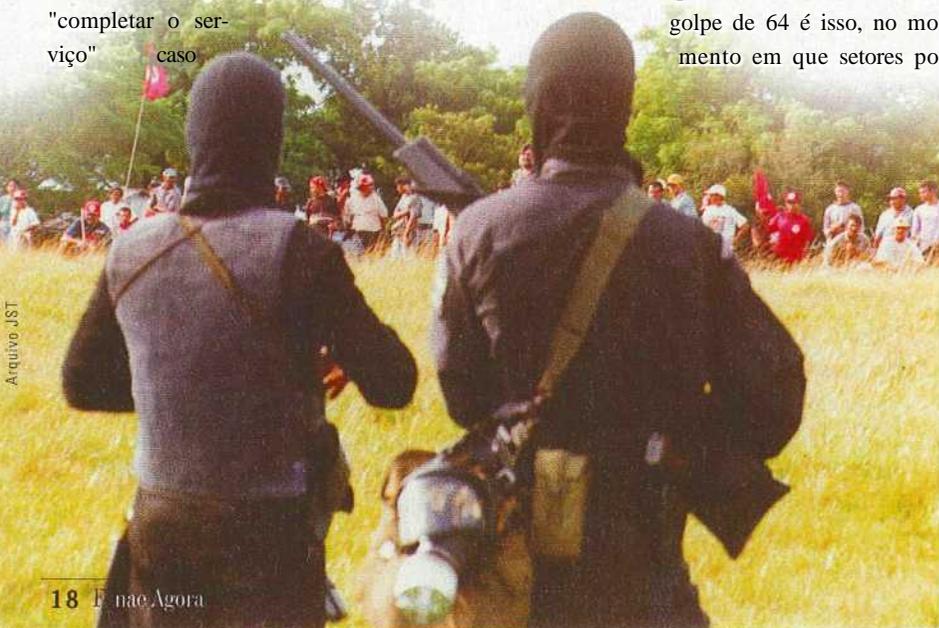


Ivo Poletto, assessor da Cáritas Brasileira: "O Estado

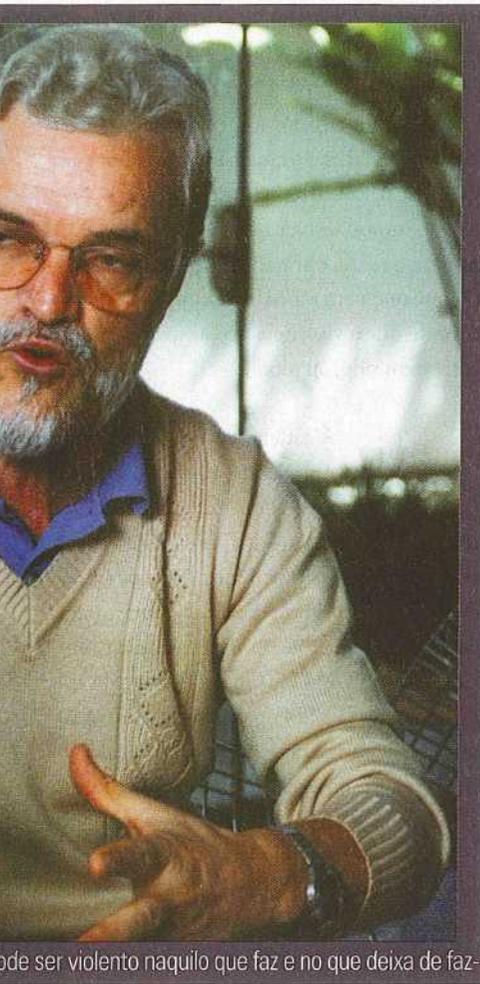
pulares, ligas camponesas, marinheiros, sindicatos começavam a ter vez e voz na política nacional, veio um Estado forte".

Conforme dossiê da Comissão Nacional de Familiares de vítimas da ditadura militar, concluído em 1996, foram assassinados naquele período 360 pessoas, sendo 294 que já constavam do Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964 e outros 64 eram casos novos. No livro "Dos filhos deste solo", lançado recentemente, os jornalistas Nilmário Miranda (deputado federal pelo PT-MG) e Carlos Tibúrcio mostram que "as farsas da ditadura foram sendo desmontadas... Ao invés de 'suicídios' e 'mortes por atropelamento', assassinatos sob torturas cruéis. Ao invés de 'fugas da prisão', desaparecimentos forçados. Ao invés de 'troteios', quase todos simulados, execuções à queima-roupa".

**Satanização** Para Frei Betto, o que acontece hoje com o MST é algo típico do "comportamento



Arquivo JST



...de ser violento naquilo que faz e no que deixa de faz-

da elite em relação aos setores populares que tentam ter vez e voz". Segundo ele, a perseguição do governo aos sem-terra envolve quatro etapas: primeiro a ridicularização, depois a satanização, o questionamento à legalidade das ações do MST e, por fim, a repressão.

A violência no campo agrava-se e vem sendo estampada quase que diariamente em manchetes de jornais. "Sete lavradores ligados ao MST foram baleados em São José do Belmonte, sertão de Pernambuco, em conflito com supostos pistoleiros", informou a Folha de S. Paulo em sua edição de 25 de julho. Os agricultores haviam sido atacados a tiro por desconhecidos na fazenda Pedra Bonita. No dia 26 os jornais voltavam a informar "um saldo de dois mortos e nove feridos" em protestos do MST pelo país. Uma das mortes ocorreu no interior do Ceará, onde um grupo de acampados foi atacado por pistoleiros. O outro sem-terra foi morto pela Polícia Militar, durante uma manifestação em frente à agência do Banco do Brasil, em Recife (PE).

No dia dois de maio deste ano já havia ocorrido outro grave conflito na BR 277, entrada de Curitiba (PR), onde foi assassinado pela PM um dos líderes do MST no estado, Antônio Tavares Pereira, e mais 40 sem-terra saíram feridos. A repercussão do episódio levou o presidente da República a se manifestar, mas não para condenar a violência policial, e sim para intimidar os trabalhadores rurais. Segundo informou o jornal Folha de S. Paulo, o presidente afirmou, por meio de seu porta-voz, que a morte do agricultor Antônio Tavares Pereira deveria servir de "alerta para quem opta pelo desprezo à democracia".

Também no Paraná, em 20 de junho deste ano, pistoleiros encapuzados desocuparam à bala a fazenda Santa Emília, no noroeste do estado, ocupada por 140 sem-terra há mais de oito meses. Armados com fuzis, escopetas e metralhadoras, mais de

100 homens espalharam o terror no acampamento, atirando, incendiando barracos e agredindo os acampados a coronhadas. Para Gilberto Portes, da coordenação nacional do MST, o Paraná tem sido uma "oficina da repressão" contra os trabalhadores rurais. "Há policiais treinados nos EUA e que atuam com orientação de dismantlar a organização dos trabalhadores. A idéia é mostrar, a partir do que se faz no Paraná, que é possível conter o movimento pela reforma agrária no país", denuncia Gilberto.

Pelos levantamentos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), desde 1995, quando iniciou o primeiro mandato do atual governador, Jaime Lerner, até 1998, foram presos no Paraná 454 trabalhadores rurais, houve 15 assassinatos, 31 tentativas de assassinatos, 45 ameaças de morte, cinco casos de tortura e 322 vítimas de lesão corporal.

Os dados da CPT indicam que durante o

## Acordo com o FMI impõe miséria e mais violência

O sociólogo Ivo Poletto, assessor da Cáritas Brasileira e de movimentos pastorais sociais, vê no modelo econômico "desenhado pelo FMI" a causa maior da miséria e da violência.

**FA - O Estado brasileiro continua violento?**

**Ivo Poletto** - Na fase atual, a combinação de interminável arrocho salarial com políticas de desemprego e de relativização das políticas sociais públicas é responsável, com absoluta certeza, por maior miséria e número de mortes do que as perpetradas pelos governos ditatoriais. Nos governos que se sucederam desde 1985, a marca mais significativa da violência do Estado toma a forma das opções relativas à política econômica, que atrela o país ao capital especulativo internacional. São governos formalmente democráticos, mas as políticas efetivamente encaminhadas nada têm de democráticas. O Estado continua oligárquico, controlado

por elites que o utilizam em seu favor.

**FA - Então falta interesse em resolver os problemas do povo?**

**Poletto** - Sim, o que conta são os compromissos externos. O governo federal, e por sua influência determinante, a maioria dos governos estaduais, seguem à risca o modelo desenhado pelo FMI. Com isso, a obrigação de manter em dia os pagamentos das dívidas externa e interna se torna a prioridade absoluta. Como nos lembra a economista Maria da Conceição Tavares, o total de remessas líquidas de lucros somadas às despesas líquidas com juros e amortizações, pagas ao longo desses seis anos, alcançou o montante inacreditável de US\$ 231 bilhões! Foi necessário um aumento correspondente das desnacionalizações e privatizações de mais de US\$ 130 bilhões para fechar a conta, assim mesmo com perda de reservas... Estamos vendendo o país para pagar a dívida.

# Assassinato de menores cresce 21,95% entre 95 e 98

De acordo com dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), divulgados pelo jornal Folha de S. Paulo em junho deste ano, o número de crianças e adolescentes entre 10 e 19 anos assassinados no Brasil aumentou 21,95% entre 1995 e 1998.

Em 95 foram assassinados em todo o país 5.638 crianças e adolescentes, enquanto em 1998 foram 6.876.

Esse aumento é atribuído, fundamentalmente, à impunidade. A relevância desse fator é comprovada por pesquisas realizadas pelo Núcleo de Estudos da Violência da USP entre 1991 e 1996, sobre a taxa de impunidade na cidade de São Paulo. Os resultados indicam que a probabilidade de alguém que mata uma criança ser punido é de apenas 1,72%.

De acordo com relatório divulgado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) no final do ano passado, o Brasil tem 21 milhões de crianças - 35% das meninas e meninos - vivendo em lares onde a renda per capita é igual ou menor a meio salário mínimo. O documento revela ainda que há no país 2,9 milhões de crianças de 5 a 14 anos trabalhando. A causa atribuída a esses problemas é a má distribuição de renda.

## Saneamento

Em 1988, foram registradas pela Fundação Nacional de Saúde 10.844 mortes decorrentes da falta de saneamento. Ou seja, morreram no país 29 pessoas por dia, por conta da falta de água encanada, esgoto e coleta de lixo. Houve um aumento de 14,1% em relação ao número de casos ocorridos no ano anterior.

As doenças impulsionadas pela diarreia fizeram mais vítimas que os crimes na região metropolitana de São Paulo, onde foram registrados 10.116 assassinatos em 1998.

governo de Fernando Henrique Cardoso 400 mil famílias de pequenos agricultores faliram e foram expulsas do campo. Revelam ainda que o Brasil chegou à virada do milênio com 4,8 milhões de famílias de trabalhadores rurais sem-terra; dois milhões de famílias de posseiros sem a garantia do direito à terra; 10 milhões de nordestinos famintos, por conta dos problemas da seca, fruto do "descaso do governo" e da "corrupção"; e 423.679 crianças no mercado de trabalho rural.

O Brasil conta com 3,4 milhões de propriedades rurais cadastradas no Incra, somando 352 milhões de hectares. Há 53.083 propriedades (1% dos imóveis cadastrados) que são consideradas latifúndios improdutivos (com mais de mil hectares) e que somam 153 milhões de hectares, o equivalente a 18% do território nacional. Por outro lado, três milhões de pequenos produtores têm acesso a apenas 10 milhões de hectares, 2,67% do total das terras agricultáveis.

Em 1999, o governo divulgou que assentaria 100 mil famílias em seu programa de reforma agrária, mas a meta ficou só na propaganda. De acordo com os dados do Incra, foram assentadas apenas 25 mil famílias, sendo que, no mesmo período, 400 mil famílias de pequenos agricultores perderam suas terras e outros dois milhões de assalariados perderam seus empregos na agricultura.

O governo chegou a anunciar que já teria gasto R\$ 12 bilhões em reforma agrária, mas a evolução do orçamento do Incra desmente também esse dado: em 96 foram R\$ 1,6 bi-

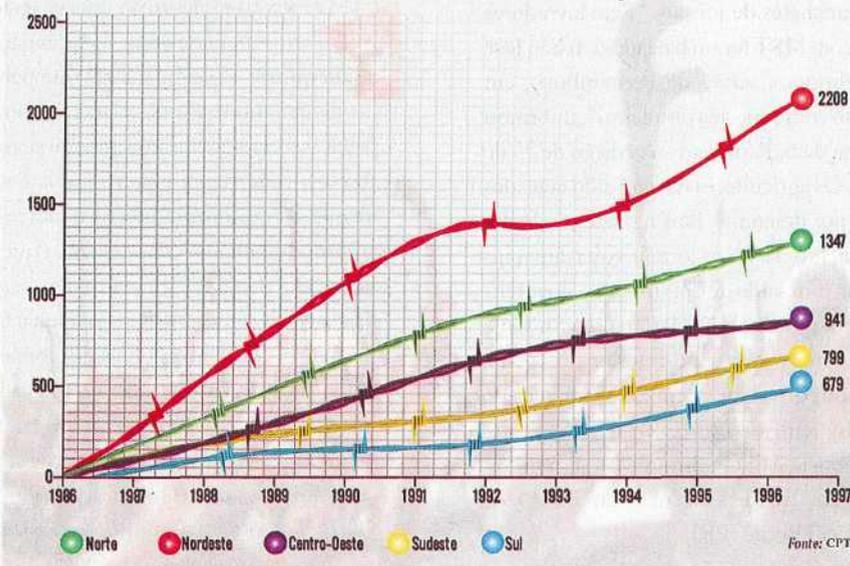
lhão; em 97, R\$ 1,8 bilhão; em 98, R\$ 2,2 bilhões; e em 99, R\$ 1,2 bilhão. Parta este ano, estão previstos outros R\$ 1,2 bilhão.

Para Gilberto Portes, o governo FHC "não quer fazer a reforma agrária porque sabe que para isso teria que mexer no modelo que impôs ao país até aqui". O que significa que seria obrigado a "mexer no acordo que tem com o FMI". Assim, "a tendência é de que a violência no campo continue como tem sido, ou pior".

## Cadeia

A cadeia sempre foi e continua sendo uma alternativa do poder público na sua cruzada contra os movimentos sociais. Para provar que está aí para sufocar o movimento dos trabalhadores com os "rigores da lei", o governo decidiu desenterrar a Lei de Segurança Nacional (LSN) editada em 1969, auge do regime militar. A LSN prevê penas de um a 10 anos de prisão para crimes que ameaçam o funcionamento dos poderes estabelecidos. Em março deste ano, nove sem-terra do Paraná foram enquadrados nessa lei, por terem resistido a uma desocupação de terras feita pela PM. Quinze dias depois, outros dois sem-terra do Mato Grosso tiveram o mesmo tratamento, por invasão de prédios públicos. A cúpula da Polícia Federal elaborou parecer no qual orienta os delegados das superintendências espalhadas pelo país a enquadrar os líderes das manifestações e invasões de terra por crime contra a segurança nacional. •

Número de conflitos de terra acumulados por região, 1986/1997.



ENCARTE ESPECIAL  
ELEIÇÕES 2000

AGORA  
FENAE

CAMPANHA DA CIDADANIA PARA AS ELEIÇÕES

OLHO  
NO SEU  
VOTO



SEM CORRUPÇÃO, COM HONESTIDADE E PARTICIPAÇÃO POPULAR  
É POSSÍVEL TER CASA, SANEAMENTO, EDUCAÇÃO, TRANSPORTE...  
PARA TODOS

O VOTO É NOSSA PARTICIPAÇÃO

# Manifesto da cidadania pe

As eleições municipais do ano 2000, as últimas deste século, são uma notória oportunidade para o fortalecimento e para a multiplicação de ações de cidadania que ampliem a igualdade social, territorial, de sexo e de raça nas cidades e nos municípios brasileiros. A cidade, em especial, é o lugar onde os conflitos de interesse acontecem com mais intensidade entre a minoria rica, que concentra a riqueza produzida por todos, os setores de classe média e a grande maioria de pobres que lutam pela sobrevivência. Na origem dos problemas vividos pelas cidades e pelos municípios estão:

1 - Desrespeito aos direitos das pessoas, através de práticas discriminatórias ou de omissão dos governantes e demais autoridades públicas; o descumprimento das leis; a falta de acesso à Justiça e a inexistência de políticas públicas que atendam as necessidades básicas da população. A Constituição brasileira e uma infinidade de leis garantem que o direito é de todos, mas a verdade dos brasileiros e das brasileiras é outra.

2 - Ausência de controle do uso do dinheiro público pela população, que, por falta de informação e de participação na decisão das priori-

dades, permite o uso dos recursos do orçamento público em programas, projetos ou serviços que beneficiam apenas os já privilegiados, ao invés de executar políticas para o conjunto da sociedade.

3 - Uma parte expressiva de vereadores, que não cumpre com as suas obrigações de elaborar e aprovar leis que beneficiem a população, se envolve em corrupção, recebe propinas de grandes grupos econômicos e chantageia o Executivo para alcançar benefícios próprios.

4 - O descrédito da população com o Judiciário, não denunciando os fatos irresponsáveis, escandalosos e indignos que geram danos ao patrimônio e aos serviços públicos, favorece a não-punição de governantes, agentes públicos e grupos econômicos envolvidos em casos de corrupção.

Para modificar esta situação, é preciso fortalecer e multiplicar os setores da sociedade que lutam pelo respeito e proteção dos direitos das pessoas e pelo pleno exercício da cidadania, defendendo os interesses da população mais pobre, defendendo a distribuição justa dos recursos públicos e a cons-



trução de políticas democráticas, tendo como referência as práticas e experiências de políticas públicas bem sucedidas que vêm sendo desenvolvidas em diversas cidades e municípios.

Portanto, para fortalecer e ampliar a luta pela defesa da cidadania para todos, da justiça social e da recuperação da solidariedade, pelo fim da impunidade e implementação de mecanismos de controle e fiscalização que combatam o clientelismo e a corrupção é que recomendamos "olho vivo nestas eleições"!!! E votem em candidatos a prefeitos e vereadores que tenham programas com as seguintes propostas:

# ra as eleições municipais

## *Gestão democrática e participativa da cidade e dos municípios*

Implantação de processos e instrumentos democráticos e descentralizados como conferências municipais, conselhos, orçamentos participativos, câmara setoriais, audiências públicas, tribunas populares, entre outros, visando garantir o controle social e a participação da população na formulação, planejamento e execução de políticas públicas, bem como a gestão democrática dos recursos públicos.

Democratização da informação, prestação pública mensal de contas municipais e convênios, transparência dos atos e decisões através dos meios de comunicação; acesso às informações em relação a recursos e projetos encaminhados à Câmara Municipal.

Orientação sobre direitos e deveres através dos meios de comunicação, programas educacionais, criação de núcleos descentralizados de informação para cidadania, acesso a bancos de dados públicos com indicadores físicos, sociais e econômicos.

Democratização do orçamento público municipal e participação da população para discutir as prioridades de obras e de políticas com os governos. É necessário que se usem os instrumentos constitucionais, como referendun popular e plebiscito, diante de qualquer medida que possa modificar a vida da população.

Valorização e estímulo do uso da iniciativa popular de lei e de todos os instrumentos e ações que derivam de mobiliza-

ções populares, de denúncias públicas e de iniciativas da população como construção de casas, implantação de cooperativas ou empreendimentos econômicos.

Gestão democrática e controle social dos serviços públicos urbanos, tais como: água e esgoto, energia elétrica, lixo, telefone, saúde, educação e transportes.

## *Qualidade de vida*

É importante que possamos dar uma nova forma de beleza às cidades e aos municípios, enfrentando os problemas sociais e, para isso, os candidatos precisam entender que é necessário:

Resgatar o papel do Estado no atendimento aos direitos básicos e na implantação de mecanismos que combatam a especulação e privatização das políticas públicas.

Realizar políticas que garantam a moradia adequada, saneamento ambiental, transporte, educação, creches, saúde, cultura, trabalho, áreas de lazer, recuperação e preservação dos recursos naturais, controle de enchentes e da poluição...

Combater todas as formas de especulação, em especial a especulação imobiliária que impede o acesso à moradia.

Combater as ações e práticas que geram a segregação social/territorial, de sexo e de raça.

Revitalizar e recuperar áreas degradadas e de equipamentos urbanos.

Combater a violência urbana e construção da cultura da paz.

Criar e ampliar opções de cultura e lazer para a juventude, através de projetos

descentralizados nos bairros.

Garantir o acesso a todos os cidadãos (principalmente os idosos e portadores de deficiência física, mental, sensorial, visual e auditiva) nas edificações públicas e de uso público, nas áreas urbanas (ruas, praças, parques, equipamentos urbanos), nos transportes públicos e na comunicação.

Discutir, aprovar e implementar planos diretores democráticos e participativo em todas as suas fases de elaboração e institucionalização, de modo a estabelecer estratégias de reforma urbana e viabilizar a aplicação dos instrumentos constitucionais que garantam a função social da propriedade e da cidade, assegurando a criação de um sistema permanente de planejamento e gestão democráticos.

## *Desenvolvimento econômico e social local*

Promover o desenvolvimento econômico e social local é o grande desafio para o poder local no próximo século. Considerando algumas experiências que vêm sendo realizadas nos municípios brasileiros que visam atender este objetivo, aposte em:

Políticas que criam alternativas de geração de emprego, estimulando recursos e potencialidades econômicas do próprio município.

Políticas de distribuição da renda urbana, através da implementação de instrumentos que recuperam para o poder público a valorização imobiliária, tais como o IPTU progressivo, solo criado, a contribuição de melhoria.

Políticas de capacitação que incentivem a autoorganização econômica dos trabalhadores, através de cursos, constituição de fundos de fomento, estudos de viabilidade econômica e de impacto sobre o meio ambiente.

Implantação de programa de renda mínima.

Implantação de programas de desenvolvimento sócio-cultural, recuperação e preservação da memória histórica.

Todas essas propostas foram debatidas e demandadas por vários movimentos sociais e entidades da sociedade civil, por décadas de mobilização e organização da população. Essas entidades defendem as seguinte propostas para as cidades e os municípios:

Respeito e proteção dos direitos da população, sem nenhuma forma de discriminação e preconceito.

Resgate da ética, promoção da cidadania e da solidariedade, contra o envolvimento dos governantes e dos parlamentares com a corrupção, a formação de máfias e o tráfico de drogas.

Uma reforma urbana e agrária que promova a equidade social e territorial e que garanta a diversidade cultural.

Um meio ambiente saudável e sustentável.

A participação popular na gestão democrática das cidades e dos municípios.

A universalidade, equidade e integralidade das políticas e dos serviços públicos.

FNRU/ Fórum Nacional de Reforma Urbana + FNPP/ Fórum Nacional de Participação Popular + Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento + FIC/ Fórum Intermunicipal de Cultura + Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental + ABES/ Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental + ABONG/ Associação Brasileira de ONGs + ABRAÇO/ Associação Brasileira de



Radiodifusão Comunitária + Água e Vida Centro de Estudos de Saneamento Ambiental + ANSUR/ Associação Nacional do Solo Urbano + APU/ Associação dos Profissionais Universitários da Sabesp + ASEAC/ Associação dos Empregados de Nível Superior da CEDAE + ASSEMAE/ Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento + Associação dos Engenheiros da SABESP + CENDHEC/ Centro Dom Hélder Câmara + Centro Acadêmico XI de Agosto + Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro + CESE / Coordenadoria Ecumênica de Serviços + CIDAE / Centro de Assessoria e Estudos Urbano + CMP / Central de Movimentos Populares + COFECON/ Conselho Federal de Economia + Comitê Suprapartidário para o Debate do Eleitor + CONIC/ Conselho Nacional de Igrejas Cristãs + CONEN / Coordenação Nacional de Entidades Negras + CONFEA/ Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia + CORECON Conselho Regional dos Economistas + CREA-RJ / Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia + CUT/ Central Única dos Trabalhadores + ETAPAS / Equipe

Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social + FASE/ Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional + FENAE/ Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal + FISENGE / Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros + FNA / Federação Nacional dos Arquitetos + FNU / Federação Nacional dos Urbanitários + Fundação Abrink + Geledés + IBAM/ Instituto Brasileiro de Administração Municipal + IBASE/ Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas + IDEC/ Instituto de Defesa do Consumidor + IREJ / Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro + ILÊ AIYÊ/ Salvador BA + INESC/ Instituto de Estudos Sócio Econômicos + Instituto POLIS + Instituto Vale do Jequitinhonha IVALE/MG + MNLM/ Movimento Nacional de Luta pela Moradia + OAB/SP + Projeto "Alagoas Presente" Maceió + Serviço Social do Comercio SESC/SP + Setor Social da CNBB + Sindicato dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro + Sintaema/SP + UNMP/ União Nacional por Moradia Popular + Universidade Federal do Espírito Santo UFES/ES

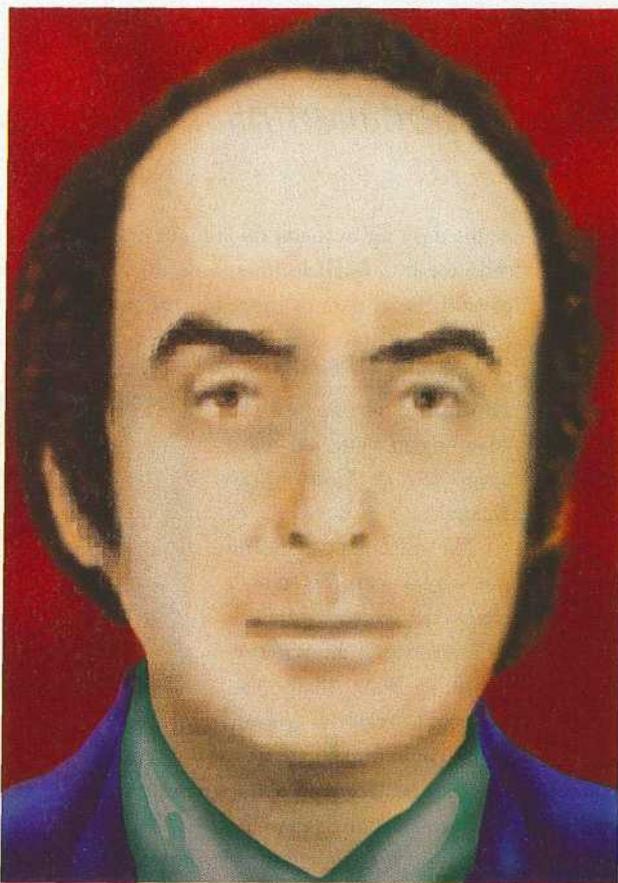
# Vladimir Herzog, vítima da ditadura

**J**ornalista, professor da Universidade de São Paulo e teatrólogo, aos 38 anos Vladimir Herzog foi morto por asfixia nas dependências do DOI-CODI, órgão do II Exército encarregado da repressão durante a ditadura militar.

De origem iugoslava, nascido em Osijek, em 1937, Herzog foi editor da revista *Veja* a partir de 1970 e assumiu a diretoria do departamento de Jornalismo da TV Cultura em 1975, ano que foi convocado pelo DOI-CODI para prestar esclarecimentos sobre a sua suposta ligação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), à época proscrito. As autoridades militares afirmavam que teria sido constatado em diligência que o jornalista integrava uma das células do PCB, composta por pessoas de sua profissão, fato que teria sido admitido por ele ao prestar depoimento.

Depois de encarcerado, Vladimir Herzog foi submetido a tortura, tendo sido encontrado morto em sua cela no dia 25 de outubro de 1975. Testemunhos de outros dois jornalistas - Jorge Benigno Jathay Duque Estrada e Leandro Konder - presos na mesma época no DOI-CODI atestam o assassinato sob tortura, mas a versão oficial é de que ele teria se enforcado com o cinto do macacão de presidiário que vestia desde que foi preso.

No livro "Dos filhos deste solo", publicado em agosto ano passado, o deputado federal Nilmário Miranda e o jornalista Carlos Tibúrcio registram que tanto Leandro quanto Duque Estrada prestaram esclarecimentos no mesmo dia que Vladimir, permanecendo próximos à



sala onde ele se encontrava para interrogatório, de onde teriam ouvido com nitidez que Vladimir estava sendo torturado. Segundo os autores, "a farsa da versão oficial de suicídio foi desmontada peça por peça", sendo desmentida, inclusive, "pelas próprias contradições existentes nos depoimentos dos médicos-legistas Harry Shibata, Arildo de Toledo Viana e Armando Canger Rodrigues, prestados na ação judicial movida pela família".

A morte de Vladimir Herzog provocou indignação e fortes manifestações contra a ditadu-

ra militar. O Sindicato dos Jornalistas de São Paulo lançou um abaixo-assinado com denúncia pública, questionando a versão oficial do suicídio. O fato motivou, inclusive, a realização de um culto ecumênico dirigido pelo então arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns. Segundo Nilmário e Carlos Tibúrcio, "a reação foi a maior até então ocorrida no país em protesto contra a tortura e morte de presos políticos".

Em 20 de janeiro de 1976, o então presidente da República, general Ernesto Geisel, afastou do comando do II Exército o general linha dura Dilermando Gomes Monteiro. A medida é atribuída à repercussão das mortes de Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho, esta última ocorrida em 17 de janeiro de 1976, também nas dependências do DOI-CODI.

Os militares continuaram insistindo na versão de suicídio por enforcamento em relatório do Ministério da Marinha, com base em IPM e laudos

"elaborados pelos órgãos competentes da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo". Com isso, iniciou-se uma batalha judicial, com a família do jornalista exigindo que o caso fosse classificado como crime de assassinato. A ação terminou por responsabilizar o Estado pela prisão, tortura e morte de Vladimir Herzog. A decisão da Justiça saiu em 1978. Em 1997, o presidente Fernando Henrique Cardoso assinou um decreto concedendo indenização de R\$ 100 mil à família do jornalista, com base na Lei dos Desaparecidos.

# Governo não vai ter facilidades

*Sociedade e Congresso Nacional ampliam luta pelos bancos públicos*

**S**e o governo pensou que iria desmontar os bancos públicos federais com tranqüilidade, enganou-se. A sociedade civil, as entidades ligadas ao movimento bancário e de trabalhadores em geral e também o Congresso Nacional têm limitado as intenções do governo, a partir da crítica intensa ao relatório da consultoria internacional Booz Allen & Hamilton.

O presidente da Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, Ênio Bacci (PDT-RS), informou que está sendo agendada audiência com o presidente Fernando Henrique Cardoso sobre o relatório. Os parlamentares pretendem apresentar ao presidente os resultados de seminário ocorrido na Câmara no mês de agosto, do qual participaram economistas, professores universitários e representantes do movimento bancário, além do industrial Mário Bernardini, diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Os palestrantes foram unânimes na crítica à tentativa de privatização das instituições financeiras públicas federais. Leia partes da intervenção de cada um deles:

**Gustavo Adolfo, presidente do Conselho Federal de Economia**

"A questão dos bancos comerciais fe-

derais deve ser avaliada no sistema financeiro total. O estabelecimento de um teto constitucional para os juros, por exemplo, contraria os interesses dos banqueiros e poderosos. Esse foi um dos principais motivos para que o governo não regule até hoje o artigo 192 da Constituição Federal.

"O sistema bancário público é o instrumento mais efetivo das políticas públicas. O espírito que anima o relatório da Booz Allen é ideológico. O relatório cria um ente imaginário, o banco privado, com eficiência. Os modelos propostos não atendem às necessidades nacionais.

"Todo esse trabalho seria dispensável. Tem faltado vontade política do governo federal para implantar uma coordenação maior entre os bancos públicos, que são instrumentos poderosos para a criação de emprego."

**Mário Bernardini, diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)**

"O maior mérito do relatório é nos obrigar a discutir as instituições financeiras públicas federais. E não adianta esconder:

são ineficientes, não atendem às necessidades da produção. Com isso não quero dizer que a solução seja entregar esses bancos ao mercado.

"O embate entre Estado e mercado, que devem obrigatoriamente coexistir, foi a tônica do século. A solução não é mais ou menos mercado, mas como lidar com a abertura, globalização, e que isso tenha por objetivo melhorar a qualidade de vida de toda a população, com controle.

"A discussão deve ser sobre o papel das instituições financeiras públicas federais, sua eficiência e independência de interesses políticos. A meu ver, as melhores opções do relatório mantém bancos públicos federais, ao lado de agências de fomento em áreas como agricultura e desenvolvimento urbano.

"O relatório deveria ter levantado os esqueletos que carregam. A Caixa herdou problemas que vêm desde o BNH."

**Décio Munhoz, professor da Universidade de Brasília**

"Os antecedentes do Banco Central com as instituições financeiras públicas federais não estão acima de qualquer suspeita.

Críticas ao relatório  
da Booz Allen serão  
apresentadas ao  
presidente FHC



Participantes do seminário realizado pela Comissão de Economia da Câmara têm posição fechada pelo papel estratégico das instituições públicas

O desmonte foi tentado no final da década de 80. Depois, quando o governo determinou o depósito compulsório de 100% sobre os depósitos à vista, quebrou o Banespa.

"O estudo falhou porque não se pode agregar instituições financeiras públicas federais, muitos menos compará-las com os bancos privados. Os problemas da Caixa vêm do governo: a correção dos contratos é descasada do valor dos imóveis. O problema é de uma tecnocracia que se coloca acima da sociedade."

**Fernando Cardin de Carvalho, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro**

"Há uma reprodução de idéias que se tornaram clichês, mas sem fundamentação. A Caixa seria de interesse maior para a iniciativa privada, mas grupos nacionais não teriam condições de comprar e absorver os bancos públicos.

"Qual o papel das instituições financeiras públicas federais? Temos que reconhecer que a Caixa e o BB não têm cumprido seus objetivos a contento, um desvio de funções. Um dos passos para o BB é clarificar sua natureza. Isso não é problema para a Caixa.

"O que se pode fazer para melhorar? A saída tem pouco a ver com a privatização. As funções que as instituições financeiras públicas federais devem cumprir não serão absorvidas pela iniciativa privada. A privatização não resolveria nenhum dos problemas que o relatório cita. Há um problema de gestão.

"O que se trata é saber o produto que se quer e qual a melhor forma. No Brasil há uma série de demandas que não serão satisfeitas pela iniciativa privada."

**Ricardo Carneiro, professor da Universidade de Campinas**

"A questão da propriedade das instituições financeiras públicas federais é desfocada. O sistema de financiamento público sofreu um processo de privatização, inclusive nas próprias instituições financeiras públicas federais que permanecem no sistema. A honrosa exceção é a Caixa.

"Há razões para manter o sistema financeiro público com relação ao direcionamento. O novo sistema não concede crédito e é propenso à especulação. 70% do sistema são privados. A privatização tira elasticidade de crédito.

"O sistema público trabalha com

agentes mais flexíveis. O BB quebrou junto com os agricultores. A Caixa assumiu a inadimplência de contratos. Há créditos duvidosos porque o sistema público faz créditos de risco, e o privado não. Mas o governo orienta a ação privada dos bancos públicos. A exceção é a Caixa, que cada vez menos banco e mais uma agência que desenvolve programas para o governo."

**Luiz Antônio Elias, vice-presidente do Conselho Federal de Economia**

"É importante que façamos uma releitura do acordo de intenções do governo federal com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que em seu artigo 18 fala sobre o desmonte e a transformação dos bancos públicos federais em agências de fomento. Ou então em sua privatização, como aconteceu em primeiro lugar com o Meridional."

**Carlos Eduardo Carvalho, professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e assessor do movimento bancário**

"Não temos certeza sobre os objetivos do governo federal. O relatório foi contratado a preço exorbitante e, mesmo assim,

vários pontos carecem de fundamentação.

"O relatório reconhece a importância dos bancos públicos, responsáveis por 80% dos créditos de longo prazo no país. Reconhece ainda que os bancos privados não querem ou não conseguem assumir serviços realizados hoje pelas instituições públicas.

"São apresentados, por exemplo, dados que não resistem a qualquer análise econômica simples. Os prejuízos acumulados aconteceriam mesmo sem os bancos públicos, porque decorrem de políticas de governo e não da ação dos bancos. Projetar prejuízos é um absurdo metodológico. Basta lembrar que o Citigroup estava quebrado há menos de 10 anos. E os gastos de pessoal misturam atividades díspares como as desenvolvidas pelo BNDES, Caixa e BB aos dos bancos privados.

"É necessário que sejam mantidas as carteiras comerciais dos bancos públicos, e manter todos com seu perfil atual."

**Ação** O Comitê Nacional em Defesa dos Bancos Públicos e representantes do movimento sindical também participaram do seminário. Vários diretores da Fenaes estiveram presentes.

O seminário da Comissão de Economia vem reforçar algumas iniciativas tomadas anteriormente pela

Comissão de Finanças e Tributação,

também na Câmara dos Deputados. Entre os deputados que mais se dedicam a este assunto, estão Wellington Dias (PI), empregado da Caixa, Ricardo Berzoini (SP), José Pimentel (CE), José Machado (SP), Aloizio Mercadante (SP), Valdir Ganzer (PA) e Giovani Queiroz (PA). Recentemente, o presidente do Comitê de Coordenação Gerencial das Instituições Financeiras Públicas Federais (Comif), Amaury Bier, foi convocado a falar sobre o relatório.

Tudo o que se refere à reestruturação dos bancos públicos passa por Bier. Ele é secretário-executivo do Ministério da Fazenda e presidente dos conselhos de administração do BB e da Caixa. O Comif foi o órgão da administração direta que contratou os trabalhos da Booz Allen & Hamilton.

Isso, aliás, motivou ação na Justiça Federal contra o comitê, a União, o Banco da Amazônia e o BNDES. O Sindicato dos Bancários do Pará e Amapá e a Associação dos Empregados do Banco da Amazônia (Aeba), autores da ação, alegam que o Comif está assumindo competências restritas ao Conselho Monetário Nacional (CMN).

O Basa é um dos principais atingidos, de imediato, com as conclusões do relatório. A Booz Allen & Hamilton sugere sua transformação em agência de fomento. A ação tenta derrubar o relatório a partir da omissão de dados, a lesão ao

patrimônio público com a eventual privatização ou desmonte, a ingerência em assuntos de competência exclusiva do Congresso Nacional é os erros metodológicos.

**Cartilha** Para derrubar alguns destes argumentos, o

Comitê Nacional em Defesa dos Bancos Públicos lançou cartilha que aborda os motivos para manter a estrutura atual do sistema financeiro público. O documento

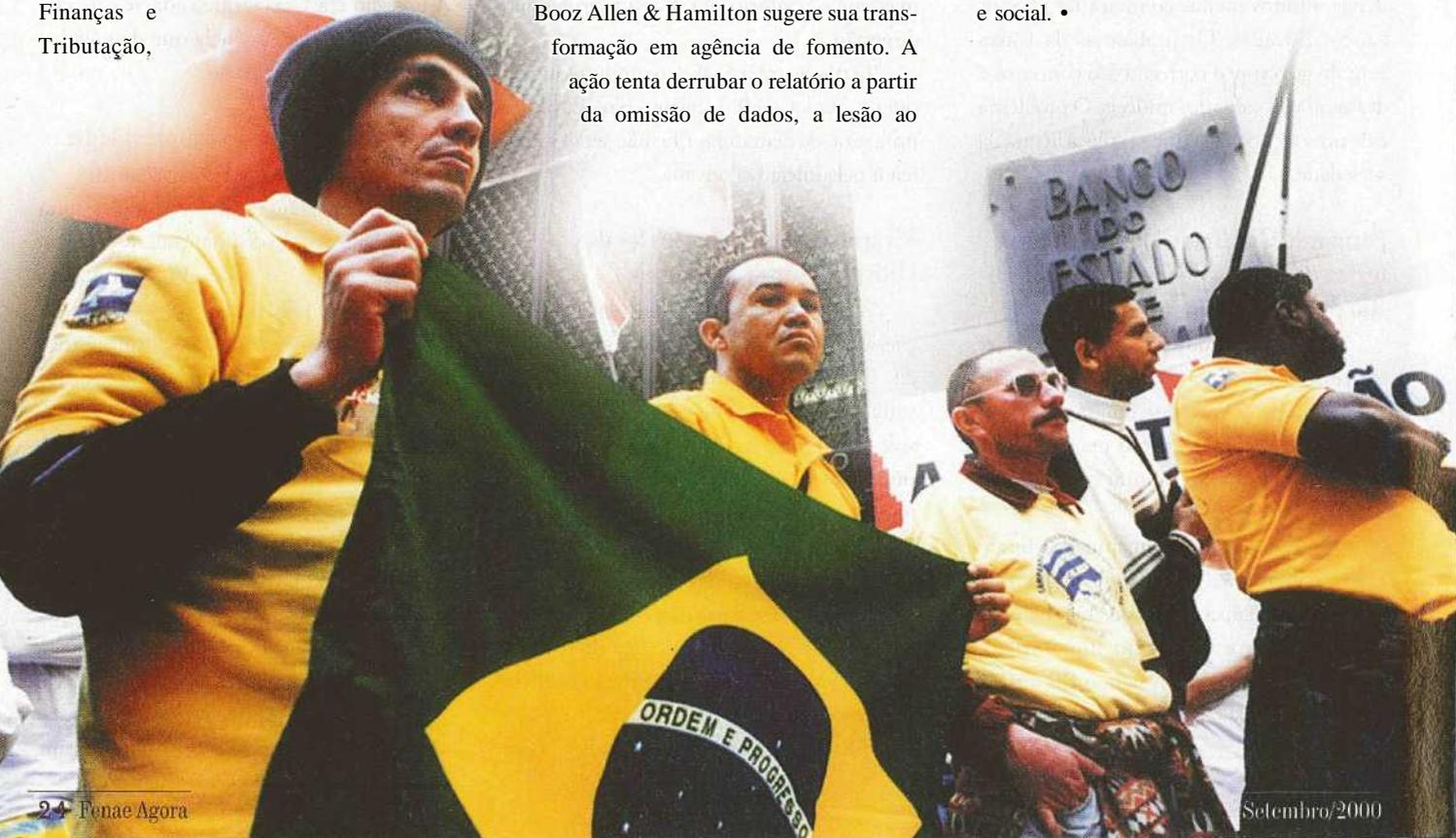
detalha o processo de reestruturação dos bancos públicos, traça um perfil da atuação dessas instituições e também aponta aspectos do projeto que os bancários elaboraram para o conjunto desses bancos.

“As instituições financeiras públicas federais de-

vem refletir as aspirações da sociedade, com absoluta transparência em suas ações”, aponta a cartilha. Por isso, o documento sugere mecanismos de controle, através de órgãos de fiscalização da sociedade, Poder Legislativo e Poder Judiciário.

A partir de controle externo, os bancos públicos estarão livres de ingerências políticas, hoje o principal obstáculo a uma atuação eficiente na retomada do crescimento nacional, com desenvolvimento econômico e social. •

Bancários lutam  
por maior presença  
da sociedade no  
controle dos bancos



# Aloysio Biondi não morreu

■ Edson Nunes

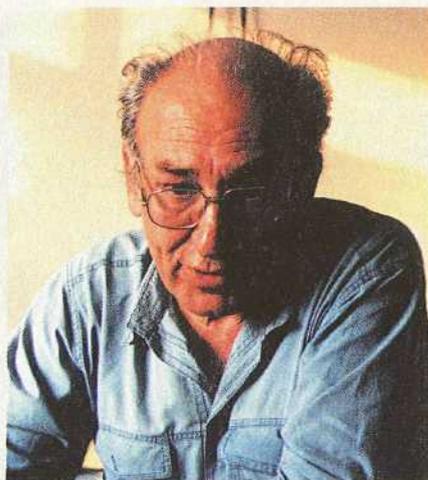
**A** pesar de ter vivido todos os 44 anos de jornalismo a criticar o poder e sua relação com a grande imprensa, o jornalista Aloysio Biondi foi vítima de mais um par de mentiras noticiosas dos próprios meios de comunicação, mesmo depois de morto. Ironia? Não. Incompetência profissional e descaso com a verdade, diria ele.

Aloysio Biondi foi vítima de um aneurisma na aorta abdominal - doença que escondeu de quase todos, amigos e familiares, ao longo de quatro anos - e não de um infarto no miocárdio, como noticiaram.

Além de escrever diariamente para o jornal paulistano *Diário Popular*, Aloysio escrevia para o *Correio Braziliense* e estava diariamente nas páginas da Internet, com um espaço na [www.myweb.com.br](http://www.myweb.com.br). Também escrevia incansavelmente para outras publicações independentes e sindicais, como as revistas *Educação*, *Bundas*, *Caros Amigos*, *Fenae Agora*, *Revista dos Bancários*, revista *Conexão*, de Salvador (BA), e estava desenvolvendo projetos pessoais para páginas na web, CD-ROM etc.

Ano passado, o livro de sua autoria "O Brasil privatizado - um balanço do desmonte do Estado" vendeu nada menos que 150 mil exemplares e hoje é adotado por escolas secundárias e universidades.

Aloysio era requisitado frequentemente pela Câmara dos Deputados e pelo Senado para depoimentos em investigações de suma importância para a nação. Sempre preciso no que fazia, trabalhava com dados do próprio governo para desmenti-lo no golpe de entrega das



estatais ao FMI. Estava impressionado com o entreguismo da imprensa.

Biondi viveu louco pelo ser humano. O que o fazia um crítico contumaz da economia, pois acreditava que economia partia dos princípios humanos básicos e para isso a teoria era mera especulação que se tornava tão jocosa nas principais manchetes dos jornais e da televisão. Ao escrever seus artigos dotados de humanismo profundo, cada ponto, vírgula e letra era uma oração a nos ensinar como se tornar cidadão de direito.

Aloysio acreditava na nova geração. Aliás, só falava desta geração, nas mesas de bares, nas reuniões em casa, e estava acompanhado sempre dela. Ultimamente estava muito chateado com a velha guarda e dizia que a nova geração era quem, hoje, lhe oferecia emprego.

Há um ano e meio Aloysio foi convidado pela Faculdade Cásper Libero para lecionar no seu curso de Jornalismo, disse "não" várias vezes, mas acabou

aceitando, depois de tantas insistências do jovem coordenador de jornalismo da instituição, Marco Antônio Araújo. E foi para ele uma surpresa muito gratificante. Dispensava 50, 80 horas corrigindo provas e apontava, num gráfico avaliativo minucioso, o progresso dos estudantes na sua disciplina.

O que o fazia ainda mais próximo e mais querido dos jovens é que ele não só conhecia os problemas da nova geração, seus anseios, mas convivia com essa mesma geração, a começar pelos filhos Beatriz, Antônio e Pedro, na casa de seus 20, 25 anos, que ele entendia e apoiava tão bem. Não era apenas pai. Era um ser iluminado. Falava de cinema com propriedade, assim como da música e das artes em geral, da filosofia e das ciências. Aloysio não levava a vida na gaita, pois trabalhou duramente pelos seus próximos e pela nação. Aliás, o nosso mestre tocava piano e impressionava quando se dispunha a executar os grandes clássicos mundiais nos raros momentos livres que dispunha. Aloysio era e continuará sendo um dos melhores e mais competente jornalista que este país já teve. Sua obra é eterna e ainda vai render muitas histórias e discussões. Quem viver, verá.

Edson Nunes é jornalista, ator e cineasta.

Nos últimos seis anos foi amigo de Biondi, desenvolvendo juntos trabalhos e projetos»

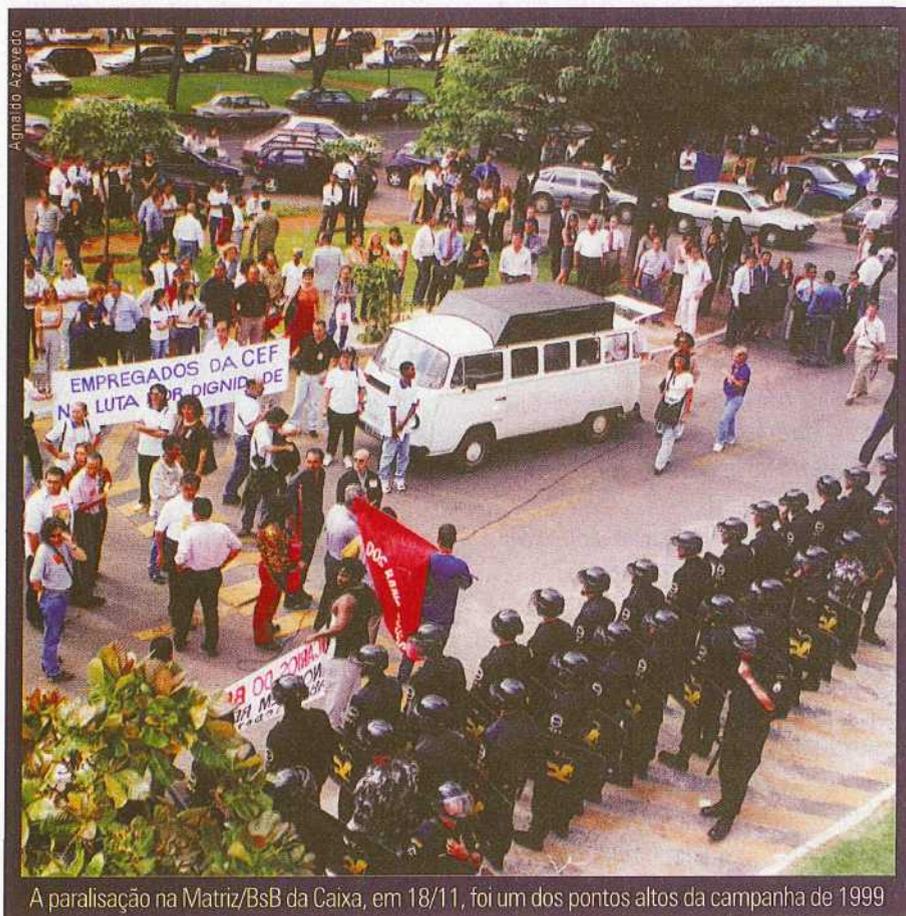
# Negociações n

**N**ada de otimismo exagerado, mas trabalhadores com data-base no segundo semestre devem se beneficiar de cenário mais favorável da economia, com possibilidade de aumentar o poder de barganha dos sindicatos nas negociações salariais. A tendência é de que bancários, petroleiros, metalúrgicos, telefônicos e empregados dos Correios conquistem reajustes iguais ou superiores à inflação do ano passado, como ocorreu com boa parte dos acordos fechados no primeiro semestre deste ano.

O economista Evilásio Salvador, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) - subsecção Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae), informa que a retomada do crescimento econômico, a queda nas taxas de juros e as eleições municipais fazem com que o segundo semestre de 2000 apresente contexto mais propício para as reivindicações das diversas categorias.

A hipótese de todos esses fatores não serem suficientes para uma onda de recuperação salarial não deve ser descartada, segundo o técnico do Dieese, mas ele frisa que, no caso do setor público - em que o governo tem endurecido nos últimos acordos, o discurso na mesa de negociações ganhou novo alento depois da recente entrevista do presidente Fernando Henrique Cardoso a um jornal carioca, ocasião em que FHC afirmou ser esta "a hora dos salários". Resta saber se a atitude da recuperação salarial vai ser adotada pelas empresas públicas, que estão sem reajuste há cinco anos.

Estudo do Dieese revela que, entre



A paralisação na Matriz/BsB da Caixa, em 18/11, foi um dos pontos altos da campanha de 1999

janeiro e junho deste ano, de 135 negociações feitas no país, 55,56% conseguiram reajustes acima do índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Nos reajustes acima do índice de Custo de Vida (ICV-Dieese), a variação foi um pouco menor: 17,04%. Trata-se de resultado superior ao ocorrido por todo o ano de 1999, quando apenas 35% das negociações foram vitoriosas na recuperação das perdas acumuladas no ano anterior. No ano passado, de acordo com o Dieese, indústria e serviços

foram os setores que mais conquistaram reajuste salarial.

No caso dos trabalhadores das empresas públicas, a luta este ano deve ser por recuperação salarial, jornada menor de trabalho e manutenção dos direitos sociais. Os funcionários de bancos públicos (como a Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banespa, por exemplo), devem unir esforços com petroleiros e trabalhadores dos Correios em defesa do patrimônio nacional. Estão previstas ações unificadas em todo o

# Condições favoráveis

país, para impedir que a privatização dos bancos oficiais e das empresas estatais seja levada adiante.

**Defesa** A defesa dos bancos públicos e a luta contra a flexibilização de direitos vão estar na ordem do dia desta campanha. Outra questão apontada pela Confederação Nacional dos Bancários (CNB-CUT) como fundamental é a busca

da representação unificada de todos os trabalhadores do sistema financeiro, incluindo neste caso os terceirizados, o pessoal que trabalha com cartão de crédito, os funcionários de empresas de factoring etc.

A minuta de reivindicações da categoria bancária foi entregue à Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) em 31 de julho. O índice salarial reivindicado chega a 29,63% (8,06% de reposição salarial e 19,96% de

produtividade). No item pagamento de produtividade, a categoria reivindica a parte que cabe a cada bancário na riqueza gerada (valor adicionado) pelo sistema financeiro nacional em 1999 comparado a ano anterior.

**Privatização** A ênfase da campanha salarial dos petroleiros este ano deve ser a luta pela aprovação do projeto do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) proibindo a venda de ações da Petrobras, que tramita no Congresso Nacional. Os 36 mil petroleiros reivindicam reajuste salarial de 6%, reposição de perdas após o plano Real (39,75%), reajuste de 13,85% por produtividade, reintegração de demitidos nas greves de 1994 e 1995, melhores condições de segurança e saúde e garantia de emprego. A Federação Única dos Petroleiros (FUP) aposta ainda nas greves-relâmpagos em refinarias para evitar o desmonte da Petrobras e por melhores condições de trabalho.

**Desmonte** Já a pauta dos telefônicos prevê, entre outras reivindicações, a luta contra a precarização de direitos, garantia de emprego e manutenção do serviço público de telefonia com qualidade. A Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações (Fittel) lamenta que a privatização do setor tenha causado a demissão de até 50% dos telefônicos no país. E aponta a venda do sistema Telebrás para a iniciativa privada como principal fator de desmantelamento de um modelo rentável. No ano passado, a categoria teve reajuste de 2%. Para este ano, o índice ainda não está definido. A data-base da categoria é em dezembro. •

## Empregados da Caixa já estão em campanha salarial

A campanha salarial deste ano dos empregados da Caixa Econômica Federal será marcada pelo combate ao programa de privatização dos bancos públicos, atitude que o governo federal pretende adotar a partir das diretrizes estabelecidas pelo relatório da consultoria Booz Allen & Hamilton. Para isso o XVI Congresso Nacional dos Empregados da Caixa (Conecef), realizado em São Paulo no final de julho, deu um passo decisivo para a integração efetiva do movimento sindical na Caixa às instâncias de representação dos bancários.

Foi aprovada uma nova composição da Comissão Executiva dos Empregados (CEE-Caixa) a partir das indicações das federações ligadas à Executiva Nacional dos Bancários. A pauta de reivindicações para 2000/2001 foi protocolada em 14 de agosto junto ao diretor da Caixa, Henrique Costabile. No que se refere às cláusulas econômicas, os empregados reivin-

dicam reajuste de 71,23%. Esse índice representa as perdas salariais ocorridas desde julho de 1994, data do início do plano Real. A negociação com a empresa também inclui produtividade de 19,96% e participação nos lucros ou resultados, com proposta de que o pagamento da PLR tenha periodicidade semestral e seja efetuado nos meses de julho de 2001 e janeiro de 2002.

A defesa da jornada de seis horas na empresa, que vem sendo desrespeitada em várias cidades, é um dos principais destaques das cláusulas sociais. Reivindica-se ainda a implantação de um programa de prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação das Lesões por Esforço Repetitivo ou Distúrbios Osteomoleculares Relacionados ao Trabalho (LER/Dort).

A campanha salarial deste ano dará ênfase para reivindicações como reajuste salarial, readmissão de empregados demitidos sem justa causa (RH 008), manutenção de direitos, combate à terceirização e defesa dos bancos públicos.

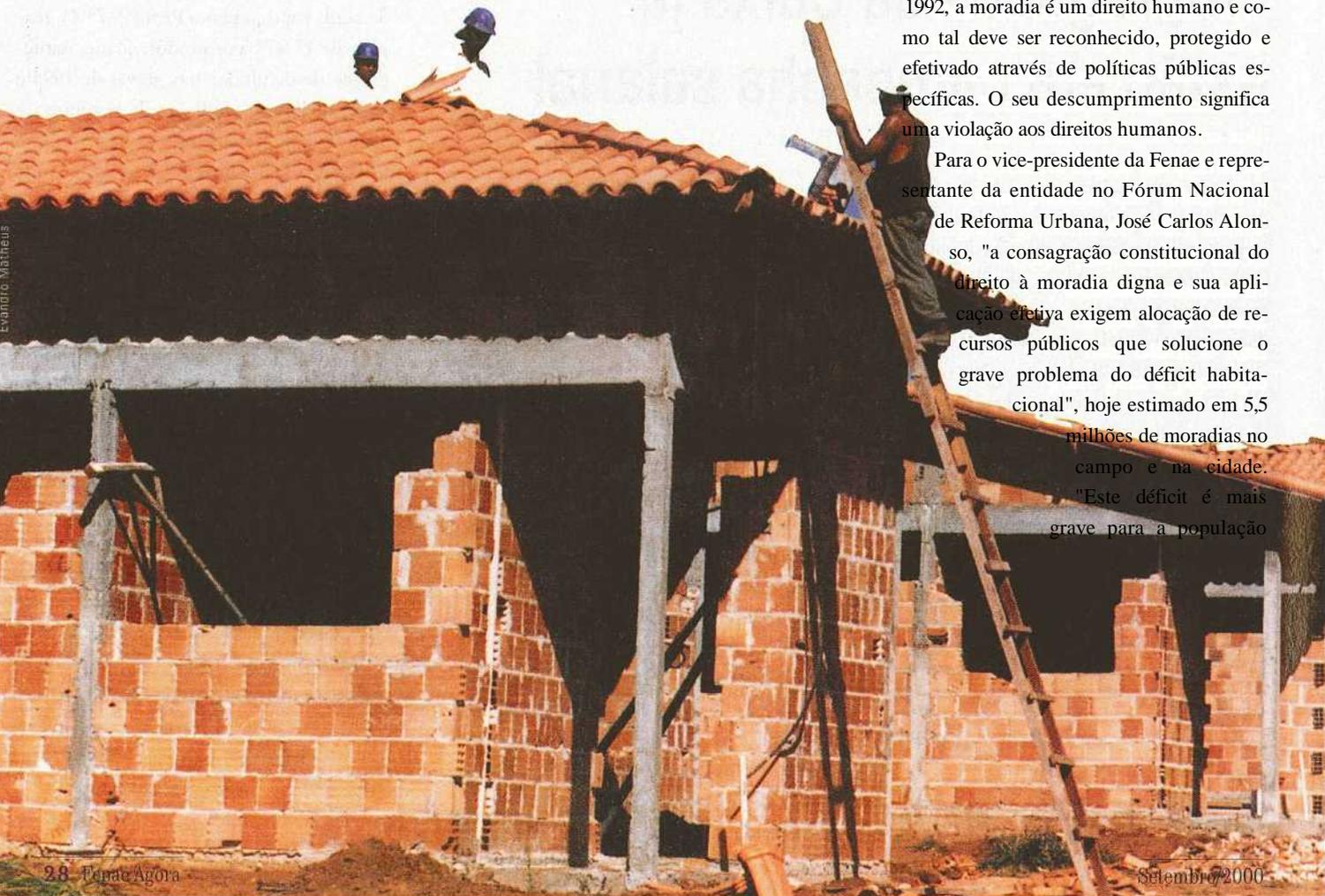
# Casa própria, sor

*O déficit habitacional, estimado em 5,5 milhões de moradias, é mais grave pa*

Artigo 6º: "São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a Previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição" (Constituição Federal).

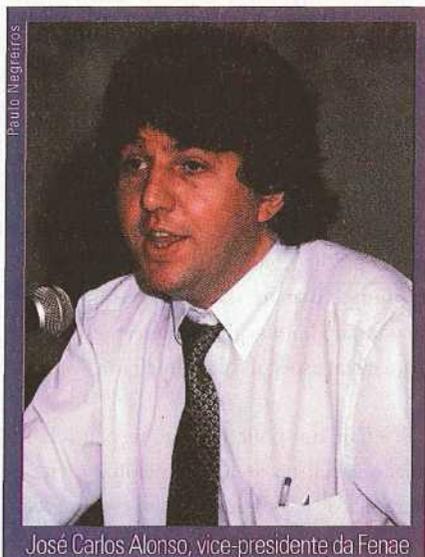
**D**ireito humano não se compra, não se vende, não se financia. Direito humano, respeita-se! De acordo com o Tratado dos Direitos Econô-  
**D**ireito humano não se compra, não se vende, não se financia. Direito humano, respeita-se! De acordo com o Tratado dos Direitos Econô-  
micos e Sociais da ONU (Organização das Nações Unidas), ratificado pelo Brasil em 1992, a moradia é um direito humano e como tal deve ser reconhecido, protegido e efetivado através de políticas públicas específicas. O seu descumprimento significa uma violação aos direitos humanos.

Para o vice-presidente da Fenae e representante da entidade no Fórum Nacional de Reforma Urbana, José Carlos Alonso, "a consagração constitucional do direito à moradia digna e sua aplicação efetiva exigem alocação de recursos públicos que solucione o grave problema do déficit habitacional", hoje estimado em 5,5 milhões de moradias no campo e na cidade. "Este déficit é mais grave para a população



# ho ou pesadelo?

a a população de baixa renda. É preciso criar mecanismos para solucioná-lo



de baixa renda. A sociedade precisa encontrar mecanismos de solucioná-lo".

Reconhecido o direito à moradia digna como integrante dos direitos de cidadania, impõe-se a institucionalização de uma estrutura pública com poderes para fazer com que essa prioridade seja observada, e capaz ainda de desenvolver e induzir a implantação de políticas que organizem a produção de moradias



e possibilitem o acesso aos excluídos.

Os programas de financiamento habitacional para a população de baixa renda sempre esbarram na capacidade de pagamento de parcela expressiva da população. "Isso parece tão óbvio. No entanto, programa após programa tem insistido em viabilizar financiamentos a quem falta renda até mesmo para a subsistência, redundando invariavelmente em fracasso", observa Alonso. Assim, "o sonho da casa própria sempre acaba se transformando no pesadelo do financiamento".

Mesmo em condições normais, é praticamente inviável a renda do trabalhador acompanhar o crescimento da prestação e o saldo devedor explode. E em época de crise, - vivemos em crise permanente - o desemprego e o arrocho salarial cumprem o papel de inviabilizar definitivamente os programas de financiamentos habitacionais para a baixa renda.

Na opinião de vice-presidente da Fenae, para se enfrentar e resolver o problema, é preciso abandonar a "visão mercantilista" da habitação e de "usura" do financiamento. É preciso esquecer o conceito de casa e apartamento e pensar no conceito de habitação digna. "Esquecer a propriedade e pensar no uso. Esquecer a figura do mutuário e pensar na pessoa que tem o direito humano a uma habitação digna e que a sociedade tem o dever de suprir esse direito. Precisamos pensar em termos de outros conceitos, se quisermos garantir que todo brasileiro tenha direito à cidadania e à dignidade".

Alonso é da opinião de que este é um problema que só se resolve se todos se envolverem. Ou seja, há a necessidade de recursos orçamentários do governo federal, dos governos estaduais, dos governos mu-

nicipais, das loterias oficiais e das loterias disfarçadas, visando com isso construir moradias para o povo. "Não para vender ou financiar, mas para o povo morar".

Neste caso, o conceito de locação social teria que ser melhor analisado. Cada um pagando a locação social de acordo com suas possibilidades. Aos que nada podem pagar, assegura-se moradia totalmente gratuita. Os que podem pagar apenas R\$ 1,00, então pagam apenas esse valor. Quem pode pagar mais, então paga mais. "Mas todos com seu direito humano respeitado".

O representante da Fenae no Fórum Nacional de Reforma Urbana entende que se o país se prontificar a zerar o déficit habitacional, "o que se justifica plenamente como um ato de justiça social", uma vez que essas faixas mais carentes da população têm sido as maiores vítimas da política de concentração da renda, "a economia será reativada sem comprometer a balança comercial e, em consequência disso, serão gerados novos empregos (principalmente para os trabalhadores com menor qualificação), aumentando as receitas tributárias e criando um círculo virtuoso que permitiria ao país sair dessa crise eterna". Ele lembra que o continente europeu saiu da Segunda Guerra Mundial com toda sua infra-estrutura urbana completamente arrasada e conseguiu se reconstruir em "pouquíssimo tempo".

Já o déficit habitacional brasileiro é apontado como "uma catástrofe que vem se mantendo ao longo dos últimos anos". Sobre o que falta para solucionar o problema, Alonso deixa as seguintes interrogações: "vontade política?", "conscientização que direito humano é para ser respeitado?". •

# Falta política pública eficaz para a habitação

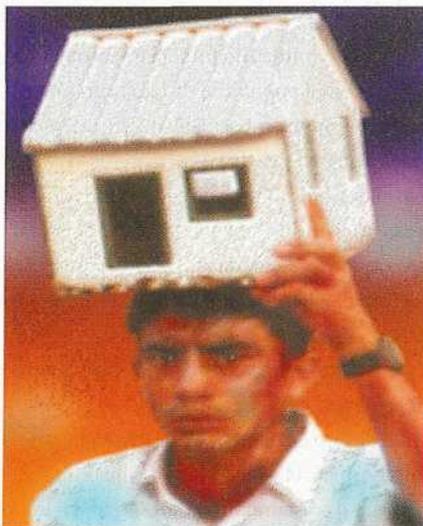
*Para Nelson Saule, do Instituto Polis, moradia possui um conceito amplo*

**A** julgar pelo déficit de moradias no Brasil (estimado hoje em 5,5 milhões de unidades) e pela falta de política pública clara e eficaz para o setor, a cada dia o sonho da casa própria fica condenado a permanecer no terreno das ilusões para boa parte das famílias no campo e na cidade, em especial para a população de baixa renda. Essa tendência de déficit, aliás, contraria o preceito constitucional de que moradia é um direito humano e como tal deve ser reconhecido.

Nesta entrevista a FENAE AGORA, o advogado Nelson Saule Júnior, do Instituto Polis (SP), fala que a garantia de acesso à moradia para a população de baixa renda pressupõe um sistema habitacional que assegure programas com recursos suficientes para atender essa demanda.

**FA** - De que maneira o Estado pode garantir o direito à moradia para as camadas mais carentes da população?

**Nelson** - Este ano foi introduzido o direito à moradia como um direito fundamental da Constituição. Isso reforça mais ainda a responsabilidade do Estado brasileiro de garanti-lo. Com relação à população mais carente, que tem enfrentado esse problema, o fundamental é assegurar o acesso à moradia desse segmento. Isso pressupõe um sistema habitacional que garanta programas com recursos destinados a atender a essa necessidade. Projetos que assegurem um financiamento com subsídios para programas de habitação popular, como também intervenções na cidade que possam viabilizar redução do custo, tanto da terra como da moradia, oferecidas



basicamente para a população que tem renda.

**FA** - Você joga no time daqueles que acham que o conceito de moradia digna e casa própria são sinônimos?

**Nelson** - Não. Moradia possui um conceito amplo. Pressupõe o local onde a pessoa vive e não significa que seja vinculada apenas à casa e tampouco que ela seja própria. É possível que a moradia seja digna e possa estar vinculada a um programa em que o inquilino tenha direito de usar. A moradia também tem relação com a garantia de serviços básicos, como saneamento, transportes, iluminação pública, água. Enfim, é um conceito que envolve atividades que atendam as necessidades básicas da pessoa humana.

**FA** - O que você acha do governo investir na construção de moradias para suprir as necessidades da população, sem que o usuário se torne dono do imóvel?

**Nelson** - Isso parte de um valor cultural relativo aos direitos da propriedade. No Brasil apenas o proprietário de imóvel tem o direito à moradia garantido. Em vários outros países, as pessoas - especialmente as que não têm renda - podem ter uma moradia digna e em geral são habitações pertencentes ao poder público, garantindo-se assim que determinadas áreas da cidade sejam destinadas para habitação de interesse social, até para evitar especulação imobiliária.

**FA** - Fale um pouco mais a respeito da locação social na área habitacional e cite exemplos de países que adotam esse modelo.

**Nelson** - A locação social existe em países europeus como a França e a Inglaterra. Em alguns desses países a locação social garante uma estabilidade para a população, que muitas vezes pode viver anos a fio sob a guarda desse instrumento. No Brasil, pela lei do inquilinato, isso já não é possível porque a locação é temporária. A concessão do direito de uso do imóvel, previsto na nossa legislação e voltado para atender programas de habitação por interesse social, é mais adequado para atender essa demanda.

A concessão de direito de uso pode ser um contrato firmado entre o poder público e a população, ou com quem for o proprietário do imóvel. Esse direito de uso é assegurado mediante algumas obrigações, como manter a destinação da área para fins de moradia, pagar por um período o custo da construção da moradia ou da urbanização, quando se trata de favela. Esse instrumento é adotado de forma precária pelo governo e pelos programas habitacionais existentes. •

# Selo revive epopéia do CPC

■ Tárík de Souza

O Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes marcou época no início dos anos 60 como aglutinador cultural. Para ficar só na área da música - em que contou com a colaboração de autores como Carlos Lyra, Vinicius de Moraes, Chico de Assis, Sérgio Ricardo, Nelson Lins e Barros, Edu Lobo e Geraldo Vandré, entre outros - o CPC injetou uma dose maior de regionalismo e brasilidade na bossa nova, influenciada pelo Jazz americano e pelos clássicos europeus. Foi esta entidade também quem promoveu uma aproximação entre o então chamado samba de morro e os compositores da classe média da zona sul carioca. A iniciativa tanto inspirou parcerias como a de Carlos Lyra com Zé Ketí (*Samba da legalidade*), quanto o show *Opinião* (que reuniu a garota zona sul Nara Leão, o nordestino João do Vale e o sambista Zé Ketí) e até mesmo o *Zicartola*, reduto gastro-etílico do samba no centro do Rio que acabaria (re)lançando do co-proprietário Cartola a Nelson Cavaquinho e outros bambas. Quase 40 anos depois, o nome CPC brilha outra vez na música graças ao selo paulista homônimo ligado à União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES), comandado pelo experiente produtor Marcus Vinicius. A entidade representa 2,5 milhões de estudantes paulistanos e o selo, fundado há quatro anos, dirige-se a todo o público brasileiro através de lançamentos de alta relevância cultural.

Entre várias safras e tendências estilísticas já foram lançados *Sincopando o breque* (Nei Lopes), *A luz do vencedor*

(Luis Carlos da Vila sobre a obra de Candeia), *História do samba paulista* (Oswaldinho da Cuíca), *Mulheres em Pixinguinha* (Neti Szpilman, Daniela Spielman, Sheila Zaguri), *Tocador de vida e viola* (Adaauto Santos), *Caipirarte* (Célia & Celma), *Centenário de Canudos* (Gereba), *Mulheres no repente* (Mocinha da Passira e Minervina Ferreira), *Avatar* (Kátia de França), *O desafio do repente* (Oliveira de Pannels, Ismael Pereira, Valdir Teles e Sebastião da Silva), *Quarteto JP Sax*, *Metalurgiarte* (Metalúrgica Filipéia), *Tocata brasileira para pinho e arame* (Gisela Nogueira e Gustavo Costa), *Grupo Nosso Choro*, o nicaraguense Luis Enrique Mejia Godoy e o grupo cubano Vocal Catarsis. No ano passado foi editado o luxuoso livro *O poeta do povo - vida e obra de Patativa do Assaré*, assinado pelo jornalista e pesquisador Assis Angelo. Ele também escreveu um livro sobre Luiz Gonzaga responsável pela popularização do lavrador/poeta/cantador cearense através de sua gravação memorável de *Triste partida*, em 1964, um épico retirante nordestino à altura de *Morte e vida Severina* de João Cabral de Melo Neto ou *Vidas Secas* de Graciliano Ramos. "Na década de 50, esta música já vivia na boca dos cantadores, nos roçados, nas colheitas de algodão, nas casas de farinha, nos engenhos à noite durante a moagem de açúcar", diz um testemunho do livro. "Faz pena o nortista/um povo tão bravo/viver como escravo/no norte e no sul", sentenciam a letra do tempo em que nordestino ainda era chamado de nortista. O poeta do povo, com belíssima apresentação

gráfica de Gal Oppido, fala também de *Vaca Estrela* e *boi Fubá*, aboio de Patativa gravado por Fagner.

Num universo comerciante de visão rasteira como o atual mercado do disco, o selo CPC/UMES destaca-se pelo rigor das escolhas. Do novo suplemento de discos, o CD mais recente de Gereba, *Forró da baroneza*, mostra que o gênero hoje tão explorado, pode casar apelo dançante e desempenho artístico em faixas como *Cinema do Hermeto*, *Tudo liga tudo*, *A chama do Zambê*, *Forró brabo* e *Nas asas do Velho Chico*. Outro lançamento de destaque é a volta de *Anastácia em Xodó do Brasil*. A parceira de Dominginhos nos clássicos *Só quero um xodó* e *Tenho sede* (incluídas no CD) mostra sua habilidade de autora dos vários matizes da música nordestina. Dos forrós do Zé Pirrita, dos Coroas e em *Petrolina* a um *Pot-pourri* de arrasta-pés e outro de xotes. Ainda desconhecidos, mas boas promessas em que o selo aposta estão saindo também o forrozeiro *Trio Sabiá* (*Fazendo a festa*, incluindo composições de Gil, Dominginhos, Anastácia, Antônio Barros) e os sambistas *Carmen*, *Queiroz* (*Leite preto*, de Chico Buarque a Nelson Sargento e *Noca da Portela*) e *Eliseu do Rio* (*Tô aí*, de Nei Lopes e *Sereno a Dedé da Portela*, *Franco e Sombra*). Com esse elenco, o CPC/UMES funciona como um atestado de qualidade revivendo a mística da velha sigla guerreira dos 60.

Tárík de Souza,  
jornalista

# Em cena, as vozes da

**T**erça-feira, 31 de março de 1964. Os militares brasileiros ocuparam o poder por meio de um golpe e passaram a atuar como uma camisa-de-força na vida política nacional. Estabeleceram-se assim o autoritarismo, a supressão das liberdades constitucionais e a censura à produção cultural e aos meios de comunicação. O AI-5, outorgado pelo general-presidente Costa e Silva em 1968 e precedido por violência e terror da ultradireita, passou a ser o instrumento máximo de coerção à liberdade de expressão no país. Em consequência dessa repressão política, os casos de torturas, mortes e perseguições a intelectuais e artistas das mais variadas tendências cresce-

ram nu-

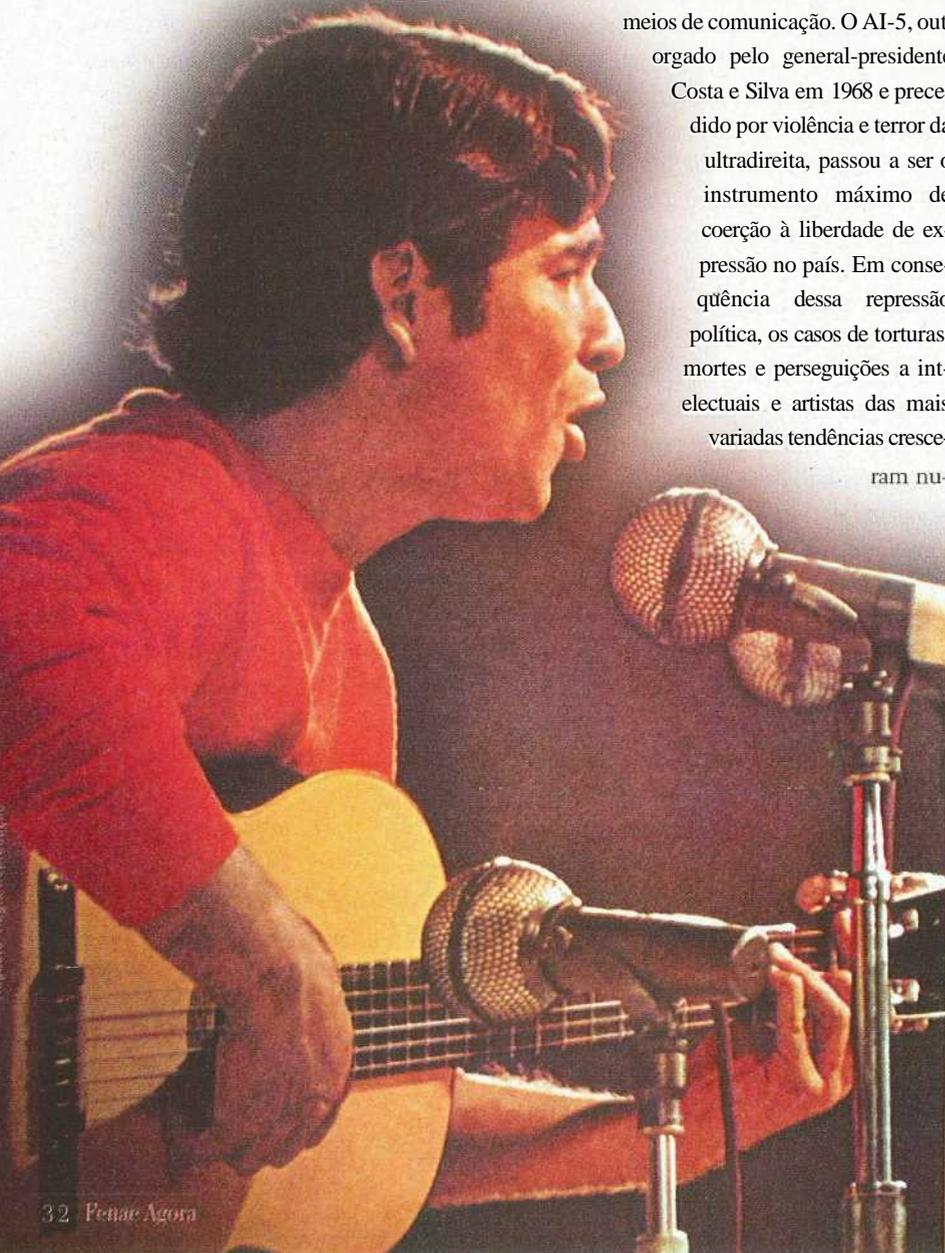
ma velocidade de supersônico.

Nesse contexto cheio de sombras, como resultado do clima de militância política e representando a variedade regional da MPB, as músicas de protesto dos anos 60/70 ajudaram a acender as primeiras faíscas de esperança. Objetivo do movimento: desenvolver a produção e difusão das diversas manifestações artísticas de cunho popular e investir na pesquisa, na memória, no experimento e no ensaio. Uma de suas metas, por exemplo, foi não relegar o cantor do Nordeste a uma posição de inferioridade diante do rock.

Fica daí a certeza de que as músicas de protesto dos anos 60/70 tiveram relevante importância para a consolidação da MPB. Assim pensa o cineasta e compositor Sérgio Ricardo, um dos porta-vozes do movimento. Segundo ele, uma das marcas das músicas de protesto foi a busca de uma relação mais próxima entre fruição estética e crítica social, com os arranjos servindo como acompanhamento de uma mensagem. "Os protagonistas do movimento eram os arautos culturais da época, perseguindo ao mesmo tempo a conscientização e a descoberta das formas populares de expressão musical".

## Sementes

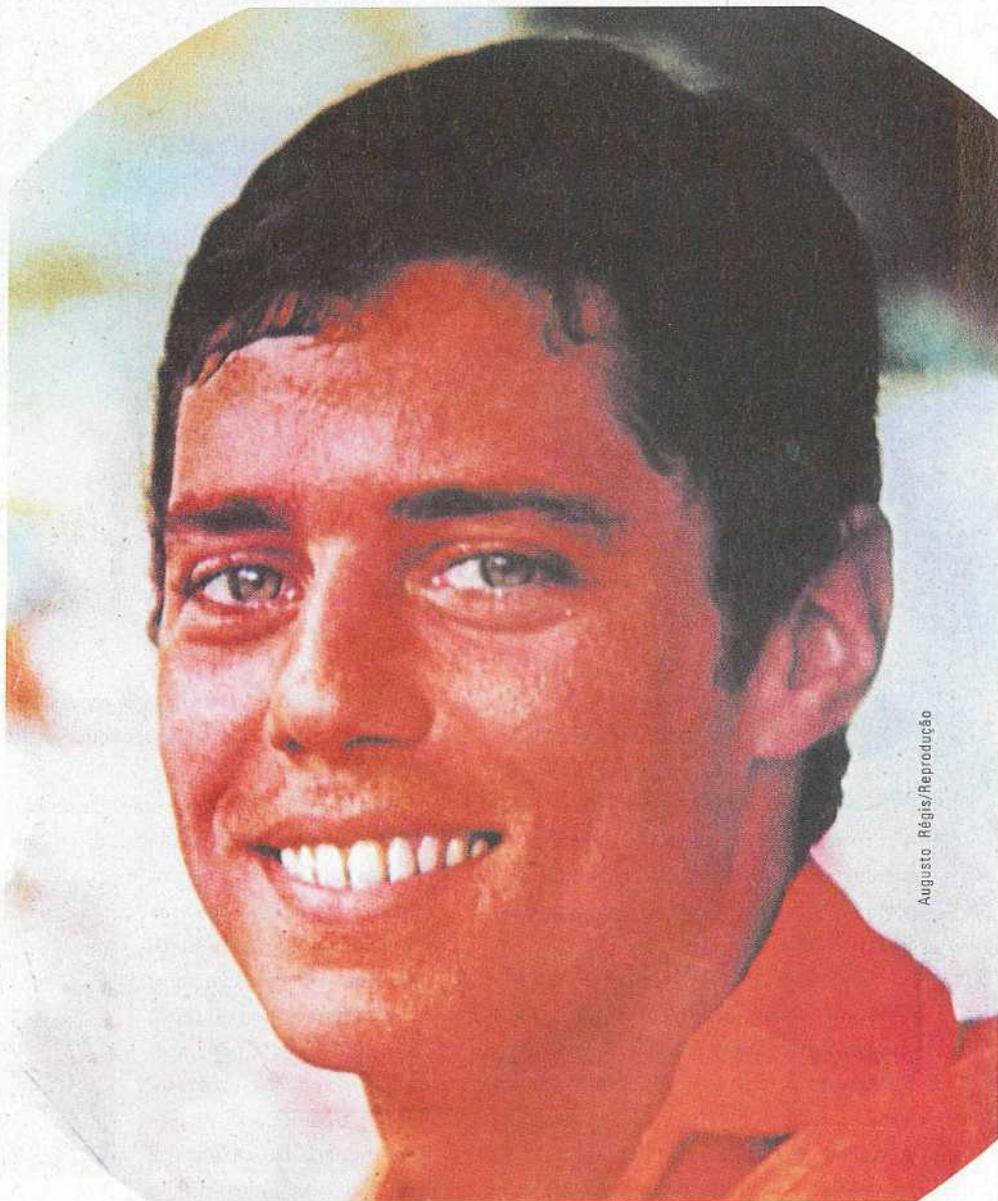
As primeiras sementes foram lançadas por monstros sagrados como João do Vale, Zé Ketí, Geraldo Vandré (foto à esquerda), Sidney Muller, Edu Lobo, Tom Zé, Sérgio Ricardo, Carlos Lyra, Taiguara, Nara Leão e Chico de Assis. Chico Buarque (foto à direita) engrossou as fileiras dessa turma já no final do movimento, pelos idos de 1968. A realidade social brasileira é constatada em canções como "Pra não dizer que não falei de flores" (Geraldo Vandré), "Ponteio" (Edu Lobo), "Calabouço" (Sérgio Ricardo), "O velho e o novo" (Taiguara) e "Roda



# música de protesto

viva" (Chico Buarque). Um dos palcos dessa vanguarda foram os festivais internacionais da canção promovidos pela TV Excelsior de São Paulo e pela TV Record. Programas de TV como o Fino da Bossa, comandado por Elis Regina, ocuparam o cenário musical da época. Os filmes do Cinema Novo, em especial obras de Glauber Rocha como "Terra em transe", o teatro Oficina de Zé Celso Martinez (com a montagem de "O rei da vela" - de Oswald de Andrade) e o Centro Popular de Cultura da UNE (União Nacional dos Estudantes) fizeram parte do movimento cultural de estética das músicas de protesto.

O compositor Tom Zé acha que as canções de protesto surgiram da crença da arte como transformação, não apenas como espelho. Sua opinião sobre o assunto: 'A inspiração dessas canções veio da vontade de que elas fossem agente e sujeito, se bem que a dubiedade de fazer música para o público, isto é, de a música ter a condição de elemento de mercado, possa interferir nela desde a concepção, desde o gene. O pensamento de ter a expressão artística como alavanca de distribuição de renda e de igualdade social fundamentava muito mais a música. Era a ideologia vigente, permeando as condições e a criação artística'. Em certa medida, através do movimento que abraçaram, os porta-vozes das músicas de protesto dos anos 60/70 visavam criar um novo modo de ser Brasil e um novo modo de o Brasil ser.

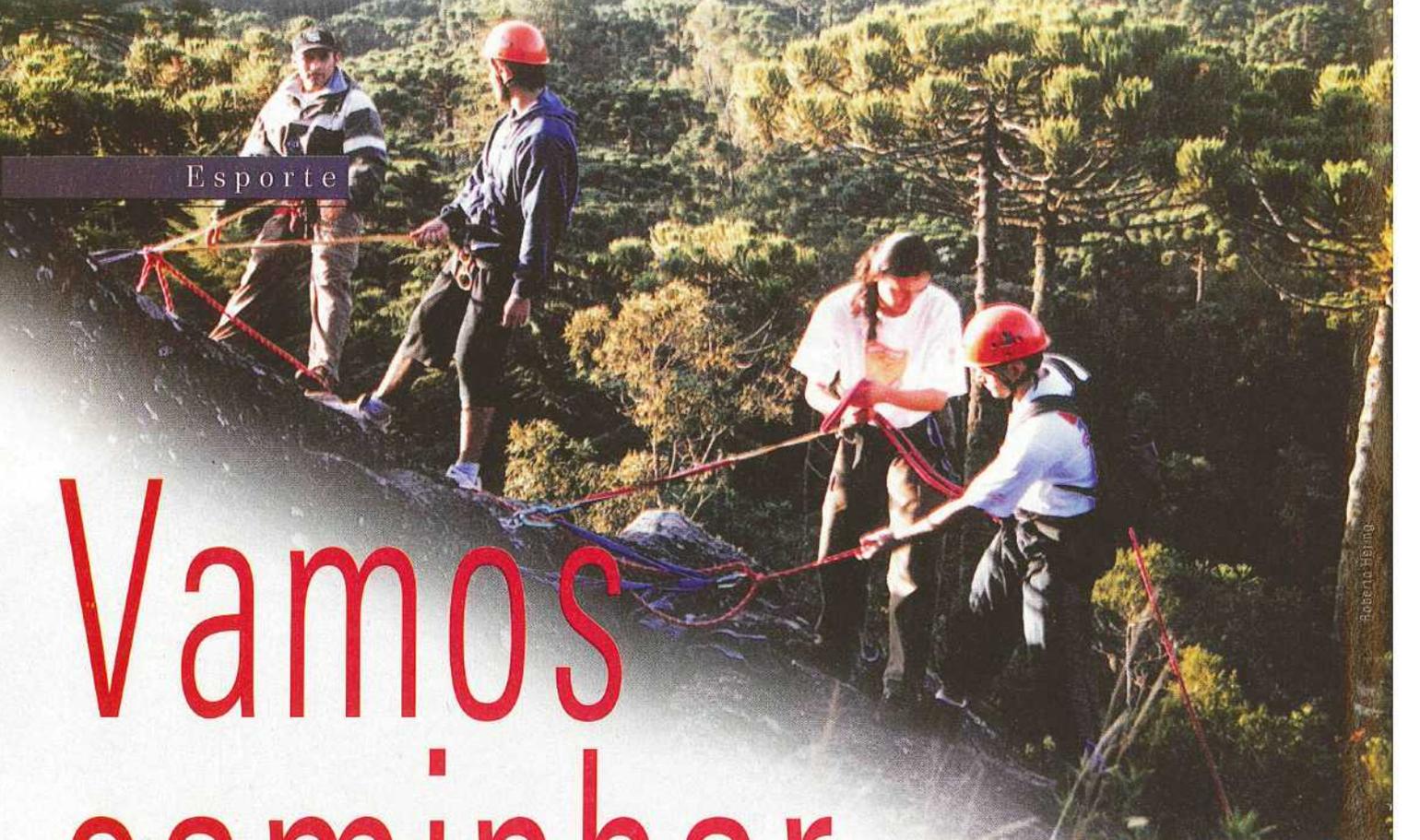


Augusto Régis/Reprodução

**AGORA** FENAE a revista do ano 2000

anuncie aqui e faça parte deste projeto

(61) 323-7516 - imprensa1@fenae.org.br



# Vamos caminhar

**S**obe morro, desce morro. Pára, confere mapa, confere relógio, segundo a segundo. Passa rio, passa cerca, passa floresta. Não, não é nenhuma filmagem das aventuras de Rambo no Vietnã ou coisa parecida. É só uma prova de trekking, esporte no qual quanto mais acidentada a pista, melhor.

Vinda do inglês, a palavra se refere à caminhada. O trekking é um rali de regularidade a pé, geralmente realizado em equipes de três a seis participantes. O objetivo não é chegar em primeiro, mas cumprir o percurso no tempo estabelecido pelos organizadores. Cada segundo vale muitos pontos, assim como a preocupação com a limpeza das trilhas.

Reginaldo Costa, diretor técnico da Trilha-Brazil, especializada em trekking e outras competições ecoesportivas, informa que, numa equipe de três pessoas, cada um tem sua função: leitura da planilha; controle do tempo; e controle das distâncias. A TrilhaBrazil é uma das únicas empresas no país que realiza periodicamente campeonatos nessa modalidade esporti-

va. Aliás, o Brasil não tem federação organizada no trekking, que não é oficialmente considerado um esporte no país.

Mas o trekking não se resume a caminhar, segundo explica Reginaldo Costa. "No trajeto das competições estão incluídas também provas especiais que englobam diversas técnicas, como muro de escalada, rapei (descida com cordas) e outros". Dependendo da categoria, apenas um integrante ou então todos devem participar dessas provas especiais. Para participar, não são necessários muitos equipamentos. Os essenciais são bússola, lanterna, calculadora, cronômetro ou relógio com segundos e prancheta.

Os trajetos são, em geral, acompanhados por guias, que conhecem o terreno e a trilha. No meio das pistas, para garantir a sincronia entre tempo e distância, são instalados postos de controle, com fiscais que anotam o horário da passagem. Segundos e milímetros.

**Níveis** O atleta Marcos Cidade Ruperti detalha, em artigo, os níveis de dificuldade do trekking. Para ele, há três.

O trekking leve é básico, composto apenas por caminhadas em trilhas já demarcadas e em trechos pequenos. É quase uma caminhada urbana, sem sobressaltos. O médio exige um pouco mais de preparo, e andar em grupo é quase obrigatório, mesmo que o caminhante não esteja participando de nenhuma competição. "Neste tipo de trekking, como as distâncias são maiores, a necessidade de reidratação também", alerta Ruperti.

Já o trekking pesado complica um pouco mais a vida dos aficionados. As trilhas exigem horas ou até dias de caminhada, as distâncias são maiores e a preocupação com segurança, alimentação e subsistência deve ser redobrada.

Em qualquer um dos três níveis de dificuldades, Ruperti comenta que o trekking não é um esporte de grandes investimentos ou esforços sobre-humanos. Mas ele deixa um conselho final, que vale para todas as ocasiões: "Preste muita atenção no caminho que você fez!".

Controle dos  
competidores é  
feito ao longo  
das trilhas

# Sedentos por lucro

**O** desejo do lucro avança pelas tubulações de água e esgoto. A privatização do setor pode prejudicar, mais uma vez, as camadas mais pobres da população. O governo, enquanto isso, corta investimentos para justificar a entrega do saneamento à iniciativa privada



Brasil gasta R\$ 5,00 com sua população a cada R\$ 1,00 que deixa de ser investido em saneamento básico. Ao mesmo tempo, o governo federal pressiona estados e municípios a privatizarem o setor de saneamento. Não por acaso, o Brasil despenca no ranking da Organização Mundial da Saúde (OMS), ocupando um vergonhoso 126º lugar.

Aparentemente desconexas, essas três informações guardam estreita relação entre si. A água está sendo privatizada no país, detentor das maiores reservas de água potável do planeta - em torno de 8% da capacidade mundial. As consequências desse processo podem ser analisadas a partir do que ocorreu em outros países que privatizaram seus serviços, como a Inglaterra, onde são frequentes as reclamações contra baixa qualidade do saneamento e abastecimento.

O engenheiro sanitarista Abelardo de Oliveira Filho, diretor da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU-CUT), aponta que a política da água vem sendo relegada a segundo plano em sucessivos governos. "Em janeiro de 95, três dias após sua posse, o presidente Fernando Henrique Cardoso vetou o projeto de lei 199, na Câmara dos Deputados, que instituiu a Política Nacional de Saneamento", conta Oliveira. O projeto foi o resultado de debates com a sociedade, num consenso entre várias instituições, e entidades do setor.

Para o engenheiro, a Política Nacional de Saneamento é necessária tendo em vista a falência do Plano Nacional de Saneamento (Planasa) e a extinção do Banco Nacional da Habitação (BNH). "Até hoje, o país não dispõe de leis que regulamentem as ações de saneamento", diz ele.

## Doenças

O governo federal, hoje, está pressionando prefeituras e estados para que repassem à União o controle da área. Constitucionalmente, o saneamento é competência dos municípios, que têm autonomia para gerir os serviços. A Caixa Econômica Federal, inclusive, está servindo como intermediária dessa pressão, a partir do adianta-

mento de recursos em troca da federalização das empresas de saneamento. De outro lado, também financia, ao lado do BNDES, as empresas privadas que se interessarem pelo saneamento.

Quando se trata em investir diretamente no saneamento, as torneiras da Caixa estão lacradas. Quando definiu as políticas de ajuste fiscal, o governo federal determinou que a Caixa não deveria mais liberar recursos para a construção de esgotos ou sistemas de tratamento de água. Dinheiro há: apenas em 99, foram destinados R\$ 1,6 bilhão para aplicar no setor, através do FGTS.

Quatro resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN), de 1998, impedem a aplicação dos recursos.

O próprio governo estima que serão necessários entre R\$ 30 bilhões e R\$ 42 bilhões, até 2010, para estender a rede de esgoto e água tratada a todas as famílias brasileiras. Sem financiamento público, parece um pouco difícil atingir essa marca.

No próprio governo há oposição a esses limites. O Conselho Nacional de Saúde, presidido pelo ministro José Serra, aprovou resolução em que pede a revogação das quatro decisões do CMN. Já a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária alerta que cada R\$ 5,00 aplicados em internações para tratamento de doenças ligadas à água poderiam ser economizados com apenas R\$ 1,00 investido em saneamento. Doenças como cólera, hepatite, diarreias e verminoses se alastram com muita facilidade num ambiente de saneamento precário.

**Conceitos** Diversas entidades ligadas ao saneamento elaboraram um projeto de regulamentação da política de saneamento no Brasil. Segundo a FNU-CUT, qualquer proposta de regulação e controle social deve levar em conta as questões específicas do setor como serviço essencial, auxiliar da saúde pública, direito do cidadão e importante para o desenvolvimento econômico e social do país.

A proposta de controle social, assim, abrange as atividades de planejamento, controle, fiscalização e avaliação constante dos serviços prestados pelas operadoras, além da discussão sobre o valor das tarifas, prioridades de execução das obras e aplicação dos recursos. "A comu-

Política para a  
água vem sendo  
relegada a segundo  
plano pelo governo

nidade deve definir as diretrizes da política de saneamento nos três níveis de governo", dizem Abelardo de Oliveira Filho, da FNU, e Luiz Roberto Santos Moraes, professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Essas propostas são defendidas pela Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental, composta por 17 entidades da sociedade civil.

A Frente se contrapõe aos projetos de privatização do governo, divulgados no documento Política Nacional de Saneamento. O governo baseia sua intervenção na flexibilização da estrutura de mercado, reestruturação das companhias estaduais de água e esgoto, atração de capitais privados e promoção da concorrência no setor.

"É impossível imaginar um governo fugindo de um dever constitucional de garantir um bem tão essencial para todos os cidadãos. Ao passar para empresários essa incumbência, boa parcela da população ficará desassistida e submetendo-se a doenças, criando focos de epidemias que seguramente terminarão por contaminar a todos", critica Oliveira Filho.

## Falta de água será a maior razão das guerras no futuro

Diz-se que, no futuro, o principal motivo das guerras será o controle dos recursos hídricos. O filme de ficção "Mad Max3" é um bom exemplo do que pode acontecer. No Brasil, a privatização do saneamento pode colocar em mãos privadas, por tabela, o maior manancial de água doce do mundo.

Apesar de 70% do planeta serem água, apenas 0,7% podem ser explorados, ou 10,7 bilhões de quilômetros cúbicos. O resto é água salgada, geleiras e calotas polares.

Apesar de ser renovável, a água potável está cada vez mais contaminada pela ação humana.

Várias regiões do planeta já enfrentam baixa disponibilidade do produto. Estudo do Instituto Internacional de Administração da Água, sediado em Washington (Estados Unidos), revela que, nos próximos 25 anos, 2,7 bilhões de pessoas sofrerão por essa escassez. Hoje, isso já acontece no Oriente Médio. A Guerra dos Seis Dias, uma das piores entre Israel e países árabes, começou pelo

controle das águas de um afluente do rio Jordão.

Mesmo no Brasil, que detém entre 8% e 12% do total mundial de água potável, a situação não é tranquila. A desertificação já atinge um terço do Nordeste. O controle privado sobre o setor não parece ser a melhor solução para garantir abastecimento hídrico e saneamento à população, especialmente a mais carente. •



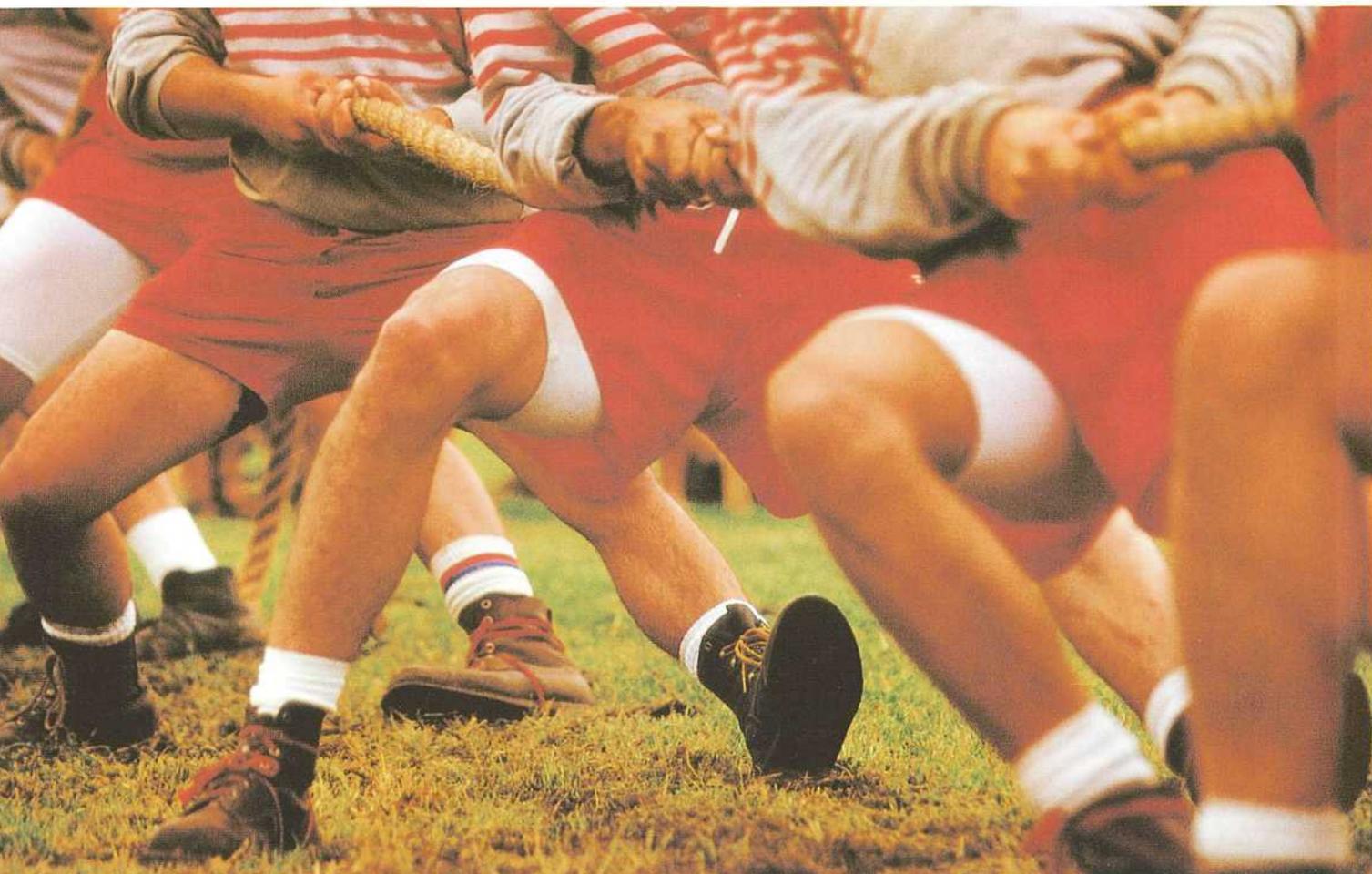
# UM PRESIDENTE CABEÇA...

MODÉSTIA 'A PARTE,  
EU SEMPRE FUI  
**CRÂNIO!**..



**Márcio**

Nas grandes parcerias a gente descobre a força que tem.



Quando todos se unem em torno do mesmo propósito, tudo é mais rápido e eficaz. Com empresas não é diferente. As melhores e mais duradouras parcerias são aquelas que consideram sua estratégia inicial perfeitamente adaptável às necessidades do mercado. A CAIXA, a FENAE Corretora de Seguros e a CAIXA Seguros sempre somaram esforços para oferecer produtos cada vez mais ágeis e competitivos. Juntas, cuidam da comercialização e prestação de serviços especializados nos diversos segmentos de seguros, para proteção e garantia do patrimônio e vida de seus clientes. Com a mesma marca de parceria, modernidade e evolução. Da próxima vez que for escolher uma empresa de seguros, reforce a sua escolha: fique com três.

**FENAE**  
CORRETORA DE SEGUROS

**CAIXA** | **SEGUROS**

MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES

